

2
N
NGA

ambiental:zero



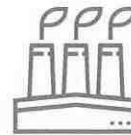
ambital
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



Relatório e Contas Anuais Exercício 2022

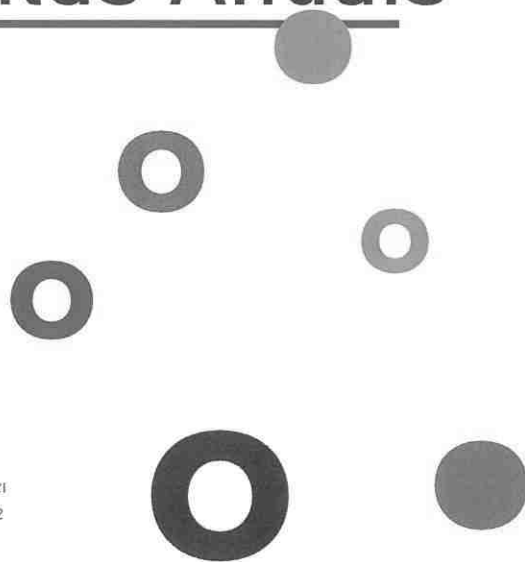
RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022 E 2021
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- ANEXO (PERÍODO DE 2022)

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2022



hi

R
NLS

Índice

1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS	2
2.	ATIVIDADE DA EMPRESA	3
3.	GESTÃO DE RESÍDUOS EM CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19	6
4.	SISTEMA INTERM. DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	6
4.2	Aterro Sanitário 2	8
4.3	Ocupação/ Vida útil do Aterro Sanitário 2	8
5.	OBJETIVOS, INDICADORES E METAS	11
	Objetivos Estratégicos.....	11
	Iniciativas de Carácter Estratégico	11
	Objetivos de Desempenho	13
6.	SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	13
7.	TGR - VC.....	16
8.	RECURSOS HUMANOS	17
9.	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
10.	INFORMAÇÃO	17
11.	INFORMAÇÃO RELEVANTE.....	18
12.	EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO	19
13.	MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL.....	19

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A AMBILITAL - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, de 18 do Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 50/2012, de 31 de Agosto, alterada pela Lei 69/2015 de 16 de Julho, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da AMBILITAL, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00€), e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000€), pertencente à AMAGRA - Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente, e a outra com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00€), pertencente à sociedade SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA;
2. São sócias da AMBILITAL a AMAGRA - Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;
3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objeto, entre outros, projetar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos dos seus Municípios Associados;
4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem, Sistema de Vidro, Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, Ecocentro e Central de Valorização Energética (em Ermidas-Sado), quatro Estações de Transferência/Ecocentros (em Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Odemira) e três Ecocentros (Aljustrel, Ferreira do Alentejo e Sines) devidamente equipados, destinados à receção, transferência, tratamento e valorização, dos RU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados.
5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha seletiva, triagem de materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos sólidos em aterro sanitário;

hu
M&A

6. A AMBILITAL foi constituída por escritura pública em 5 de março de 2001 e iniciou a sua atividade em 13 de março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 de junho de 2001 (III Série DR n.º 130);
7. A publicação do Decreto-Lei 194/2009 de 20 de agosto, na sua redação atual, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos estabelece, para o serviço de gestão de resíduos urbanos prestado pelas entidades por ele abrangidas, as disposições aplicáveis à definição, ao cálculo, à revisão e à publicitação das tarifas e às respetivas obrigações de prestação de informação;
8. Em 23 de julho de 2015 a AMAGRA e a Ambilital, EIM assinaram o contrato de gestão delegada do sistema intermunicipal de gestão de resíduos da AMAGRA gerido pela Ambilital;
9. Em 21 de dezembro de 2020 e em 29 de dezembro de 2020 a AMAGRA e a Ambilital, EIM respetivamente aprovam a minuta de alteração ao Contrato de Gestão Delegada do Sistema Intermunicipal de Gestão de Resíduos da AMAGRA gerido pela Ambilital, em fase de apreciação pela ERSAR;
10. Em 12 de outubro de 2015 foi aprovado em Conselho Diretivo o Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA o qual foi publicado em 14 de junho de 2019 no DR nº113, 2ª série
11. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2. ATIVIDADE DA EMPRESA

A AMBILITAL é a empresa responsável pela exploração e gestão das infra-estruturas do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos urbanos da AMAGRA, bem como pela avaliação e promoção dos investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições atuais de produção de RU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2022 constituíram pressupostos fundamentais da atividade da empresa para o presente exercício o cumprimento dos objetivos traçados para o presente ano e que constam na Revisão do Contrato de Gestão Delegada os quais estão em linha com o estipulado no PERSU 2020 com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+.

Conforme o PERSU 2020+ ...337. *As metas e objetivos de gestão preconizados no PERSU 2020 não são no PERSU 2020+ objeto de revogação, derrogação ou alteração; no entanto e de acordo com o mesmo PERSU*

Handwritten initials and signature

2020+, as metas definidas para 2020, serão monitorizadas e avaliadas até final de 2022, pelo que se considerou para 2022 as metas previstas para 2020 no PERSU 2020 para cumprimento até 2022.

Apesar de alguma indefinição em relação ao futuro das metas a cumprir, foi ainda considerado como objetivo a cumprir a estratégia nacional para os Biorresíduos e a Diretiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, aguardando-se nesta fase a conclusão dos planos de gestão de resíduos - o PNGR 2030 e o PERSU 2030.

Em 2022 previu-se a continuação da execução dos investimentos previstos no plano de ação (PAPERSU) da Ambital, com vista a dar cumprimento às ambiciosas metas estabelecidas no PERSU 2020, a cumprir até 2022, a saber:

Quadro I - Metas nacionais e Metas Ambital, definidas no PERSU 2020.

	Prevenção de resíduos	Preparação para a reutilização e reciclagem	Deposição de RUB em aterro	Retomas com origem em recolha seletiva
NACIONAL	410 kg/hab.ano	50%	35%	47 kg/hab.ano
AMBITAL	-	80%	10%	48 kg/hab.ano

Tabela 1 – Metas definidas no PERSU 2020 para a AMBITAL, para o ano 2020 a cumprir até 2022.

Meta/ano	2020/2022
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	80
Deposição de RUB em aterro (%)	10
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano)	48

Constituíram atividades relevantes da empresa durante o ano 2022:

Este ano ficou marcado essencialmente pela aceleração da execução dos investimentos candidatados e aprovados pelo POSEUR como a seguir se descreve:

- Finalização da Execução das componentes da candidatura "Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico ", investimento total no valor de cerca de 4 300 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020) **entregue relatório final** no POSEUR e em fase de testes do equipamento.

h
N

- Operacionalização da operação “Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva”, investimento total no valor de cerca de 3 500 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), **entregue relatório final** no POSEUR.

Relativamente a estas duas candidaturas acima referidas foram submetidas ao POSEUR reprogramações, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para execução de melhorias nos processos de tratamento e controle de qualidade da UTM, valor proposto a acrescer em termos de investimento, cerca de 1,6 milhões de euros. As reprogramações submetidas em 14 de junho de 2022 foram aprovadas em 21 e 22 do mesmo mês sendo a despesa considerada elegível não comparticipada, encontrando-se a aguardar disponibilidade de saldos.

- Finalização da Execução das componentes da candidatura aprovada pelo POSEUR - “Sistema de Secagem de CDR com a Ampliação/Otimização da Unidade de CDR” (POSEUR-03-1911-FC-000237), cujo investimento ronda os 4.200.000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020) a qual se encontra **concluída** e em fase de comissionamento e testes dos equipamentos.

Relativamente a esta candidatura foi submetida ao POSEUR uma reprogramação, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para execução de uma plataforma para armazenamento e tratamento de biomassa, valor proposto a acrescer em termos de investimento cerca 850 mil euros. A reprogramação submetida em 15 de junho de 2022 foi aprovada em 22 do mesmo mês sendo a despesa considerada elegível não comparticipada, ficando a aguardar disponibilidade de saldos.

- Execução das componentes da Candidatura, ao POSEUR - “AMBILITALZERO - zero resíduos, zero desperdício, zero poluição” (POSEUR-03-1911-FC-000112), cujo investimento ronda os 85.000,00€ e a qual neste momento apresenta uma execução de cerca 90%, a execução desta operação terá o seu término previsto em março de 2023, de forma a que seja possível executar as componentes em ambiente escolar no ano letivo corrente o que não foi possível nos anteriores devido à COVID-19.

- Execução das componentes da Candidatura, ao POSEUR - “Otimização/ Ampliação da UTMB – Biorresíduos” (POSEUR-03-1911-FC-000343), cujo investimento ronda o 2.000.000€, a qual neste momento apresenta uma execução de cerca 70 %.

Relativamente a esta candidatura foi submetida ao POSEUR uma reprogramação, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para fazer face aos aumentos de preços que se tem verificado nas adjudicações das componentes da candidatura, valor proposto a acrescer em termos de investimento cerca de 400 mil euros. A reprogramação submetida em 27 de junho de 2022 foi aprovada em 5

RL
NL

de julho, sendo a despesa considerada elegível não comparticipada, ficando a aguardar disponibilidade de saldos.

Foram ainda executados ou encontram-se em fase de execução alguns investimentos com capitais próprios com vista à melhoria da operação, nomeadamente:

- Finalização da reparação da rede de biogás do aterro 1 e arranque da Unidade de Pequena Produção (UPP) de eletricidade a Biogás de 250kW.
- Continuação dos trabalhos de selagem do Aterro Sanitário (finalização da cobertura com camada de terra e respetiva sementeira de reposição paisagística);
- Continuação da aquisição de camiões e pisos móveis com vista à alteração do modelo de transferência de Resíduos das atuais estações.

No que diz respeito à Implementação do Plano Ação (PAPERSU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, 2020+, como explanado anteriormente, verificou-se a continuação dos investimentos e atividades candidatas e aprovadas no âmbito do POSEUR.

3. GESTÃO DE RESÍDUOS EM CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19

A Ambilital, no contexto da atual pandemia, elaborou, aprovou e executou o seu plano de contingência, de forma a garantir a continuidade da prestação do serviço público essencial de gestão, recolha e tratamento de Resíduos Urbanos, na sua área de intervenção, garantindo a continuidade do serviço em segurança para os seus colaboradores e para a saúde pública.

Foram seguidas, de forma rigorosa, as orientações de gestão de resíduos emanadas pelas autoridades da tutela, reguladoras e de saúde. No primeiro semestre e com o aligeirar das medidas preventivas relativas à Covid-19, a Ambilital viu refletir-se também nos seus colaboradores o aumento exponencial de casos positivos o que pela primeira vez desde o início da pandemia teve efeitos negativos ao nível operacional da empresa, o segundo semestre a empresa ressentiu-se sobretudo dos efeitos remanescentes da pandemia ao nível do atraso na conclusão e início de funcionamento dos investimentos efetuados e da falta de componentes e peças de substituição no mercado, ressaltando-se também o efeito cumulativo da guerra na Europa.

4. SISTEMA INTERMUNICIPAL DE TRATAMENTO E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Sistema Intermunicipal de Tratamento e Valorização de Resíduos Sólidos da AMAGRA é constituído por dois Aterros Sanitários, Central de Triagem, Sistema de Vidro, uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem, uma Unidade de Produção de CDR, duas Centrais de Valorização Energética localizados em Ermidas-Sado, cinco Estações de Transferência/ Ecocentro localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Aljustrel, Grândola e Santiago do Cacém e de dois Ecocentros localizados em Ferreira do Alentejo, e Sines.

hLi
Vst

4.1 Entrada de Resíduos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL

Tabela 2 - Tabela comparativa de entradas no Sistema de Gestão de Resíduos da AMAGRA gerido pela AMBILITAL em 2022 e período homólogo de 2021, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

ENTRADAS	Destino	Tipo de operação	Quantidade	Quantidade	Diferencial (t)	Diferencial (%)
			recebida (t) 2022	recebida (t) 2021		
RESÍDUOS COM ORIGEM URBANA OU EQUIPARADA						
Resíduos Indiferenciados	Aterro Sanitário	Eliminação	60 823,90	60 933,04	-109,14	-0,18
Resíduos Indiferenciados	UTM	Valorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Aterro Sanitário	Eliminação	578,58	866,80	-288,22	-33,25
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Valorização orgânica	Valorização	223,12	314,80	-91,68	-29,12
Resíduos Biodegradáveis (verdes)	Plataforma de verdes	Valorização	505,52	411,82	93,70	22,75
TOTAL (RU1)			62 131,12	62 526,46	-395,34	-0,63
Papel/Cartão	Central de Triagem	Valorização	2 562,69	2 559,12	3,57	0,14
Embalagens Plásticas e Metálicas	Central de Triagem	Valorização	1 314,44	1 329,39	-14,95	-1,12
Embalagens de Vidro	Ecocentro	Valorização	2 290,16	2 224,96	65,20	2,93
TOTAL (RU2)			6 167,29	6 113,47	53,82	0,88
Embalagens de Madeira	Ecocentro	Valorização	120,86	111,82	9,04	8,08
REEE	Ecocentro	Valorização	182,00	194,69	-12,69	-6,52
Pilhas	Ecocentro	Valorização	2,15	2,45	-0,30	-12,24
OAU	Ecocentro	Valorização	22,52	36,96	-14,44	-39,07
Metais	Ecocentro	Valorização	85,50	110,28	-24,78	-22,47
Rolhas de cortiça	Ecocentro	Valorização	0,180	0,04	0,14	328,57
Outras embalagens	Ecocentro	Valorização	1,80	7,49	-5,69	-75,97
TOTAL (RU3)			415,01	463,73	-48,72	-10,51
TOTAL RU			68 713,42	69 103,66	-390,24	-0,56
RESÍDUOS NÃO URBANOS						
Óleos Hidráulicos	Ecocentro	Valorização	0,44	0,80	-0,36	-45,00
Pneus	Ecocentro	Valorização	689,24	684,66	4,58	0,67
Acumuladores de chumbo	Ecocentro	Valorização	1,04	0,92	0,12	-
TOTAL RNU			690,72	686,38	4,34	0,63
TOTAL RU + RNU			69 404,14	69 790,04	-385,90	-0,55

Comparando a quantidade de resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos no Sistema de Gestão de Resíduos da AMBILITAL em 2022 com o período homólogo de 2021, verifica-se em termos globais um decréscimo de 390,24t, ou seja de -0,56%.

Dos resíduos biodegradáveis (verdes) recebidos foram encaminhados para valorização orgânica 223,12t, 505,52t para valorização e 578,58t deste resíduo foram entregues para aterro, tendo em conta que apresentavam elevado índice de contaminação.

No que diz respeito aos resíduos recicláveis provenientes de recolha seletiva, grandes produtores e entregas diretas, verifica-se em termos globais um aumento de 53,82t (0,88%), verificando-se um aumento nas quantidades de papel/cartão de 3,57t, nas embalagens de vidro de 65,20t e um decréscimo de 14,95t nas embalagens plásticas e metálicas.

Relativamente aos restantes resíduos com origem urbana ou equiparada recebidos verifica-se em termos globais um decréscimo nos quantitativos de 48,72t (-10,51%).

Os resíduos recicláveis de embalagem provenientes da recolha seletiva representam 8,10% do total de resíduos urbanos e equiparados recebidos no SGR.

Importa salientar que, conforme foi referido anteriormente, e não obstante todos os investimentos em sensibilização, equipamentos e recursos humanos, no sentido de se conseguir atingir os objetivos de recolha que viabilizem economicamente o subsistema e que tenham um impacto positivo na vida útil do aterro e na melhoria das condições ambientais, ainda não foi possível atingir os valores de recolha que permitam desonerar os Municípios e tornar este subsistema sustentável.

4.2 Aterro Sanitário 2

Em 2022, foram depositadas em aterro sanitário **61.708,94 t** de resíduos urbanos provenientes de:

	Quantidade (t)	%
Municípios (incluindo Infratroia):	60.895,90	98,68
Particulares	506,58	0,82
Refugos/Rejeitados:	306,46	0,50

No que diz respeito às quantidades totais acumuladas, por ano, verifica-se a seguinte distribuição:

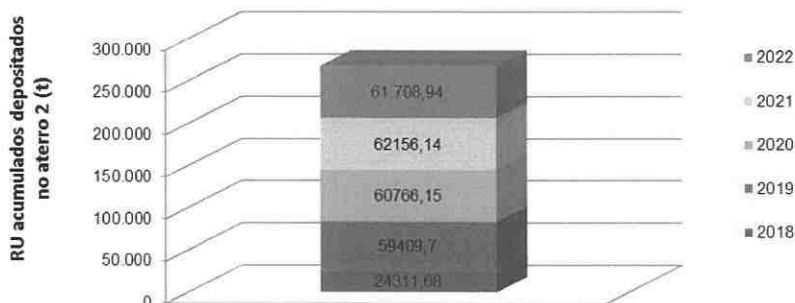


Gráfico 1 - Quantidade de resíduos depositada no Aterro Sanitário 2 por ano de exploração, em toneladas.

4.3 Ocupação/ Vida útil do Aterro Sanitário 2

Foram depositados no Aterro Sanitário 2 desde o início da sua exploração, em agosto de 2018, até ao final de 2022, **268.352,61 t** de resíduos, ocupando cerca de **265.958,42 m3**.

h
N/A

De acordo com a Licença Ambiental nº 624/0.1/2017 de 16 de Agosto, a capacidade licenciada do aterro sanitário 2 é de **345.000,00 t (355.000 m3)**

No final de 2022 a capacidade disponível do aterro era de **76.647,39 t (89.041,58 m3)**.

Tabela 3 - Total de Resíduos depositados, volume ocupado e disponível no Aterro Sanitário 2 até ao final do 1º semestre de 2021.

Ano	Total RSU (t)	Quantidade toneladas depositadas acumuladas (t)	Quantidade disponível (t)	Volume disponível (m3)	Quantidade disponível (%)	Volume Ocupado (m3)	Volume Ocupado e acumulado (m3)	Densidade (t/m3)
2018	24.311,68	24.311,68	320.688,32	323.254,96	92,95	31.745	31.745	0,808
2019	59.409,70	83.721,38	261.278,62	261.510,96	75,73	61.744	93.489	0,962
2020	60.766,15	144.487,53	200.512,47	198.204,71	58,12	63.306	156.795	0,960
2021	62.156,14	206.643,67	138.356,33	144.757,86	40,10	53.447	210.242	1,163
2022	61.708,94	268.352,61	76.647,39	89.041,58	22,22	55.716	265.958	1,108

NOTA:

Se em 2023 todos os resíduos recolhidos de forma indiferenciada forem depositados em aterro, o aterro atinge um total de resíduos urbanos depositados de 330.352,51 toneladas. Dado que a sua capacidade máxima é de 345.000 toneladas, só será possível garantir capacidade para deposição de 14.647,39 toneladas para 2024, que corresponde a cerca de 3 meses.

Estima-se assim, que o aterro tenha **capacidade disponível para 15 meses.**

Torna-se assim necessário dar início à construção das novas células de aterro já licenciadas.

4.3 Saídas para reciclagem e valorização dos resíduos processados no Sistema de Gestão de Resíduos (SGR) da AMBILITAL

Tabela 5 – Na página seguinte tabela comparativa de resíduos encaminhados para valorização no SGR da AMAGRA gerido pela AMBILITAL em 2022 e no período homólogo de 2021, em toneladas e diferencial em toneladas e percentagem.

Origem	2022		2021		Lotes	Diferencial (t)	Diferencial (%)
	Lotes	Quantidade Definitiva	Lotes	Quantidade Definitiva			
1. Recicláveis da Recolha Seletiva							
Vidro	83	2 304,36	71	2 005,74	12	298,62	14,89
Papel/ Cartão embalagem 77%	149	2 657,39	135	2 176,97	14	480,42	22,07
Papel/ Cartão não embalagem 23 %		793,77		650,27		143,50	22,07
ECAL	2	42,50	3	70,20	-1	-27,70	-39,46
PET	23	239,74	19	199,28	4	40,46	20,30
PET Óleos	2	6,50	2	8,88	0	-2,38	-26,80
EPS	0	0	1	2,8	-1	-2,80	-100,00
PEAD	6	66,76	6	71,28	0	-4,52	-6,34
Filme	10	204,12	7	148,54	3	55,58	37,42
Mistos embalagem 83%	7	98,79	11	156,95	-4	-58,17	-37,06
Mistos não embalagem 17%		19,95		47,44		-27,49	-57,95
Tampinhas	2	9,02	0	0	2	9,02	-
TOTAL EMBALAGENS PLASTICAS (inclui ECAL)	51	667,43	48	657,93	29	3	0,46
Aço	2	47,46	2	47,44	0	0,02	0,04
Alumínio	3	17,32	2	14,82	1	2,5	16,87
TOTAL EMBALAGENS METALICAS	5	64,78	4	62,26	1	2,52	4,05
Madeira	16	78,38	24	116,94	-8	-38,56	-32,97
TOTAL EMBALAGEM (a)		5772,34		5019,85		752,49	14,99
TOTAL NÃO EMBALAGEM (b)		813,72		697,71		116,01	16,63
TOTAL 1 (a) + (b)	72	6586,06	76,00	5717,55	-4,00	868,50	15,19
2. Outros Valorizáveis							
REEE	-	218,07	-	190,59	-	27,476	14,42
Pilhas	-	2,46	-	2,61	-	-0,15	-5,75
OAU	-	23,10	-	16,47	-	6,626	40,23
Metais	-	0,00	-	170,02	-	-170,02	-100,00
Outras embalagens	-	9,96	-	0,00	-	9,96	-
TOTAL 2	-	253,58	-	379,69	-	-126,11	-33,21
TOTAL (1 + 2)	72	6839,64	76,00	6097,24	-4	742,40	12,18
3. Valorização da Unidade de Compostagem							
Resíduos Biodegradáveis	-	253,60	-	554,96	-	-301,36	-54,30
4. Valorização de CDR							
CDR	-	77,16	-	0	-	0	-
TOTAL (1+2+3+4)	-	7170,40	-	6652,20	-	518,20	7,79
5. Resíduos não Urbanos							
Óleos de motor, transmissão e lubrificação	-	0,00	-	0	-	0	-
Pneus	-	688,10	-	691,90	-	-3,8	-0,55
Acumuladores de Chumbo	-	0,00	-	1,06	-	-1,06	-100,00
TOTAL 5	-	688,1	-	692,96	-	-4,86	-0,70

9
h v
NG

Relativamente aos resíduos urbanos encaminhados para reciclagem e valorização, comparativamente ao período homólogo de 2021, verifica-se em termos globais um aumento de 441,04t (6,63%). Este aumento deve-se também ao encaminhamento de fardos de papel/ cartão e de embalagem de vidro em armazém.

A AMBILITAL continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais, cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.

5. OBJETIVOS, INDICADORES E METAS

O contrato de Gestão Delegada celebrado entre a AMAGRA e a AMBILITAL em 23 de julho de 2015, define no seu anexo D os objetivos, indicadores e metas às quais a AMBILITAL se encontra vinculada.

Nesse sentido passa-se de seguida a fazer a avaliação do cumprimento dos mesmos.

Objetivos Estratégicos

Na sequência da Estratégia Nacional para a gestão dos RU preconizada no documento PERSU 2020 com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+, a AMBILITAL estabeleceu como objetivos estratégicos prioritários até 2022, os seguintes:

- ✱ Aumento das quantidades de recolha seletiva de embalagens,
- ✱ Desvio da deposição de RUB em aterro,
- ✱ Aumento da recuperação de recicláveis da TMB.

Iniciativas de Carácter Estratégico

No sentido da concretização dos objetivos estratégicos, estabeleceram-se como principais as seguintes iniciativas de carácter estratégico:

- ✱ Reforço das redes de recolha seletiva – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Optimização/Ampliação da Rede de Recolha Selectiva e Triagem Multimaterial” (POSEUR-03-1911-FC-000002);
- ✱ Ampliação da Unidade de Tratamento Mecânico – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Ampliação e Optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Compostagem (UTMB) e de Combustível Derivado de Resíduos (CDR)” (POSEUR-03-1911-FC-000004);
- ✱ Sensibilização ambiental – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “AMBILITALZERO” (POSEUR-03-1911-FC-000112);
- ✱ Sistema de secagem de CDR – Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura “Sistema de Secagem de CDR com a Ampliação/Otimização da Unidade de CDR” (POSEUR-03-1911-FC-000237).

- * Tratamento e valorização de biorresíduos - Foi apresentada e aprovada pelo POSEUR a candidatura "Optimização/ Ampliação da UTMB - Biorresíduos" (POSEUR-03-1911-FC-000343).

De forma a concretizar os objetivos estratégicos foi elaborado o PAPERSU da AMBILITAL para dar cumprimento à estratégia prevista no PERSU 2020, o qual obteve parecer positivo da APA em 31 de julho de 2015 e cuja avaliação final teria lugar no ano de 2020.

Considerando que o atraso na aprovação das candidaturas comprometeu a calendarização prevista para a execução dos investimentos candidatados para cumprimento das metas em dois anos, e tendo em conta ainda que as alterações a efetuar nas unidades de tratamento obrigarão a uma paragem das mesmas em 2020 e 2021, a meta de 2020 foi protelada para 2022, dado que é reconhecido que os SGRU são alheios aos atrasos nos investimentos.

A avaliação final do cumprimento das metas incide sobre a meta "Preparação para a Reutilização e Reciclagem".

No que diz respeito à análise das metas e seu cumprimento em 2022:

Tabela 6 – Metas a cumprir pela AMBILITAL de acordo com o Despacho 3350/2015 (PERSU 2020/ PERSU 2020+)

Meta/ano	2013	2016	2016	2017	2018	2019	2020	2022
Preparação para a reutilização e reciclagem (%) PERSU	22%	28%	34%	45%	63%	74%	80%	80%
Deposição de RUB em aterro (%) PERSU	76%	69%	63%	50%	30%	17%	10%	10%
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) PERSU	36	37	39	40	42	46	48	48

Tabela 7 – Resultados alcançados pela AMBILITAL, em 2022.

CUMPRIMENTO DE METAS DO PERSU 2020	Unid.	PERSU 2020/ 2020+	PAPERSU 2020	2022
PREPARAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM	(%)	80%	80%	15%
DEPOSIÇÃO DE RUB EM ATERRO	(%)	10%	0%	89%
RETOMAS COM ORIGEM EM RECOLHA SELETIVA	Kg.hab/ano	48	48	50

Verifica-se que, e tendo em conta o anteriormente exposto, tal como expectável as metas relativas à preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro não foram cumpridas.

De acordo com o Despacho nº 4707/2018, de 14 de maio, as metas definidas para a AMBILITAL e os dados reais relativos a 2022 correspondem a:

Handwritten initials and marks in the top right corner.

Tabela 8 - Retomas de resíduos de embalagem com origem na recolha seletiva em 2022 em quantidades totais e capitação, conforme Despacho nº4707/2018.

Material	Meta 2020	Capitação Meta 2022 (kg.hab/ano)	Retomas de resíduos de embalagem com origem Recolha Seletiva (t)	Diferencial à meta para 2022 (t)	Cumprimento face às metas (%)	Capitação 2022 (kg/hab.ano)	Cumprimento da capitação (%)
Embalagens de vidro	1798	16,19	2304,36	506,36	128,16	20,31	125,44
Emb.Papel/cartão + ECAL	1250	11,25	2699,89	1449,89	215,99	23,79	211,51
Embalagens plásticas*	530	4,77	624,93	94,93	117,91	5,51	115,46
Embalagens metálicas	113	1,02	64,78	-48,22	57,33	0,57	55,97
Embalagens de madeira	126	1,13	78,38	-47,62	62,21	0,69	61,13
TOTAL	3817	34,36	5772,34	1955,34	151,23	50,87	113,90

Pop.: 113465 hab (RARU 2021)

*Inclui os Plásticos Mistos.

Objetivos de Desempenho

Foram definidos indicadores para avaliação da AMBILITAL, ao nível da cobertura, qualidade de serviço, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão.

Para tal, consideraram-se os indicadores da ERSAR, definidos no "Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores" (3ª geração do sistema de avaliação), adaptados à realidade sócio-económica, territoriais e demográfica da região abrangida pela AMBILITAL, bem como as características técnicas e operacionais do Sistema.

Consideram-se cumpridos os objetivos/indicadores definidos, desde que cumpridos 75% das metas respetivas, o que se verificou na íntegra para o ano de 2022.

6. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando a eficácia das suas atividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos apoiados por fundos comunitários e capitais próprios dotando-a de meios e capacidade para desenvolver de forma eficiente as atividades que lhe estão incumbidas. Durante o ano 2022, deu-se continuação aos procedimentos de contratação pública das componentes das candidaturas aprovadas pelo POSEUR, resultantes das candidaturas apresentadas e previstos no PAPERSU no sentido de dar cumprimento às exigentes metas do PERSU 2020 com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+. Em 2022 finalizou-se grande parte dos investimentos acima referidos, sendo assim o ano de 2023 o ano de operacionalização dos novos equipamentos adquiridos.

h
 N

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia, em fevereiro de 2022, e as consequentes sanções económicas impostas pelo ocidente, bem como o esforço de guerra, continuam a potenciar constrangimentos ao nível do aumento dos gastos da exploração, em especial, provocados pelos custos do gasóleo, dos lubrificantes consumidos e das reparações que se venham a ser necessárias em camiões e equipamentos, e também pela dilação dos prazos de disponibilização de equipamentos e consumíveis necessário à normal laboração da Empresa. Não obstante, não se antecipa que tais eventos possam colocar em causa a curto prazo a normal atividade da Empresa.

No Quadro seguinte, apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que refletem a atividade da empresa.

Tabela 9 –Indicadores Económicos e Financeiros

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS			
	euros		
	2022	2021	Var. %
Atividade Consolidada			
Volume de Negócios	4.301.916,78	3.787.726,27	13,58%
Resultado antes impostos e subsídios	223.392,75	-58.826,93	-479,75%
Resultado Líquido	438.451,15	251.270,22	74,49%
Cash-Flow (1)	951.337,40	764.156,47	24,50%
Rentabilidade das Vendas e Prest. Serviços	10,19%	6,63%	53,64%
Total do Ativo	25.661.816,08	22.212.736,06	15,53%
Capitais Próprios	18.810.982,64	17.089.180,45	10,08%
Passivo	6.850.833,44	5.123.555,61	33,71%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	2,33%	1,47%	58,52%
Rentabilidade do Ativo	1,71%	1,13%	51,04%
Passivo / Capitais Próprios	36,42%	29,98%	21,47%
Ativo / Passivo	374,58%	433,54%	-13,60%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	44	44	-0,37%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	21	20	5,89%

(1) Resultado Líquido + Amortizações + Ajustamentos + Provisões - Subsídios ao Investimento

Para compreensão das demonstrações financeiras, é importante salientar que, de forma garantir a característica de Comparabilidade, foram reexpressos os valores de comparativos da Demonstração dos Resultados e Balanço na seguinte situação:

- Por alteração da política contabilista, em 2022 passou a considerar-se os valores da Taxa de Gestão de Resíduos, faturados a clientes, numa conta de "outros rendimentos e ganhos", ao contrário do que vinha a ser praticado até ao ano de 2021, em que os mesmos vinham sendo registados em conta de "prestação de serviços". Em consequência, em 2022, os referidos valores estão apresentados na Demonstração de

ML
N/A

Resultados na rubrica "outros rendimentos". No comparativo de 2021 os valores do correspondente período foram reexpressos na rúbrica de "outros rendimentos", com diminuição de igual montante na rúbrica de "vendas e serviços prestados";

a. Elementos de informação económica/financeira

Com um total de gastos de 5.489.596,51 euros, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (15,65%), os gastos com o pessoal (25,10%), os fornecimentos e serviços externos (23,44%), o custo com o combustível (9,22%), e a TGR (24,70%), e um total de rendimentos de 6.067.648,74 euros, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis às entidades gestoras (24,36%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RU e a prestação de serviços de recolha e valorização de resíduos recicláveis (46,38%) e a repercussão da TGR (22,34%). Nos outros ganhos e rendimentos destacam-se os subsídios ao Investimento que atingiram em 2022 o montante de 354.659,48 euros. A empresa registou um resultado antes de impostos de 578.052,23 euros, e um resultado líquido de **438.451,15 euros**.

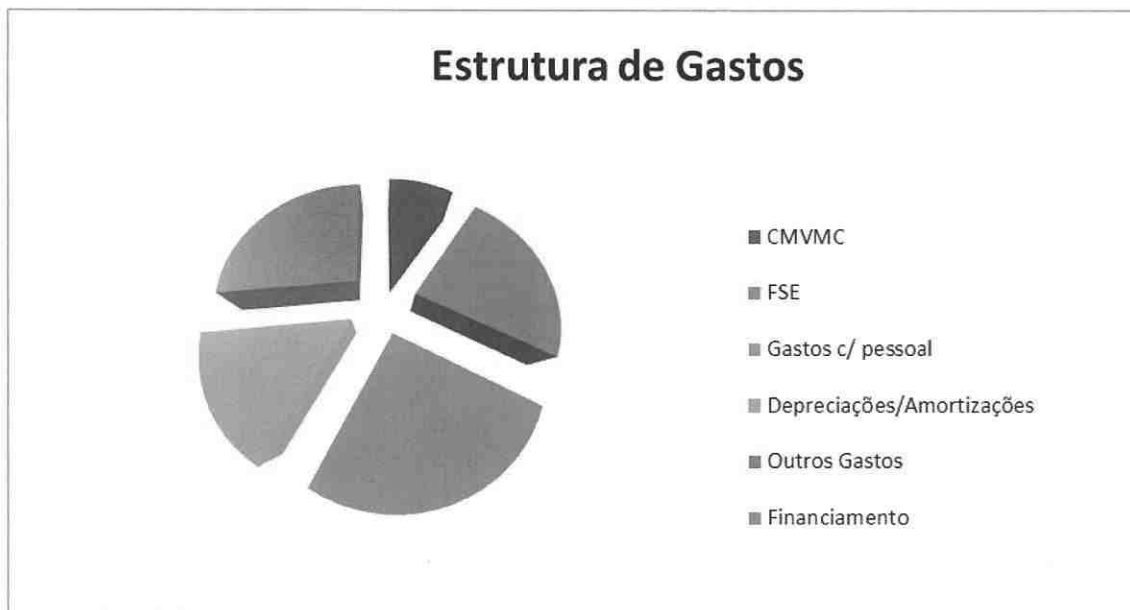


Gráfico 3 – Estrutura de Gastos

Handwritten marks: a symbol resembling a stylized 'R' or 'E' at the top right, and the name 'N.º' and 'N.º' written vertically on the right side.

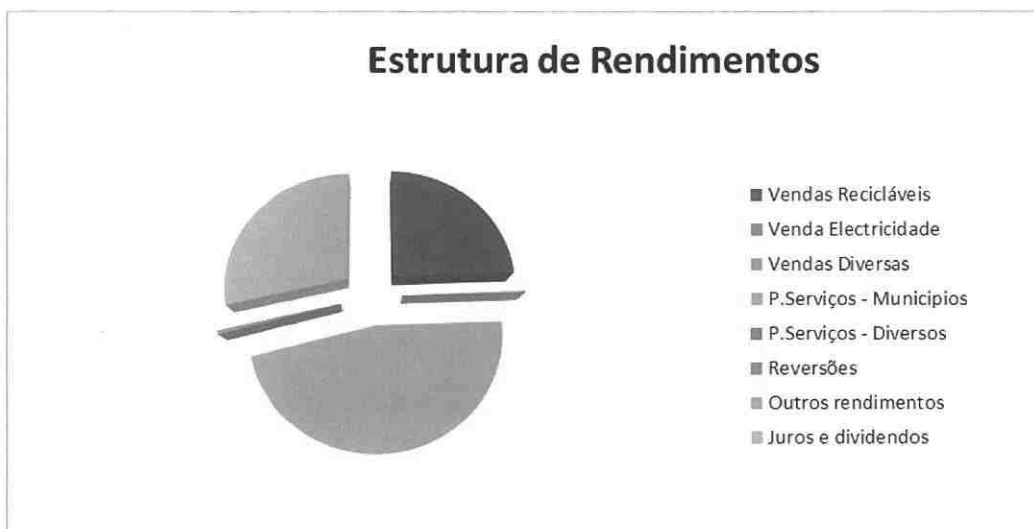


Gráfico 4 – Estrutura de Ganhos e Rendimentos

7. TGR - VC

Num ano marcado pelo gasto, repercutido aos utilizadores finais, de 1.355.721,18 € de TGR, importa mais uma vez refletir sobre a necessidade/justiça desta taxa, com vícios de imposto, e que vai permanecer no ordenamento jurídico nacional através do Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de dezembro e nos termos seguintes:

“4 — A TGR deve ser objeto de aumento gradual de acordo com os princípios gerais previstos no presente regime e nos instrumentos de planeamento em vigor, devendo assumir, entre os anos de 2021 e 2025, os seguintes valores:

Ano	2021	2022	2023	2024	2025
Valor da Taxa de Gestão de Resíduos (€/t resíduos) . . .	22,00	22,00	25,00	30,00	35,00”.

Entendemos que cabe aos municípios, como sujeitos passivos desta Taxa com vícios de imposto, tomarem posição relativamente aos valores fixados para a mesma, que penaliza de forma inconsequente os municípios. De referir também que os elevados valores pagos de TGR pela AMBILITAL têm, essencialmente, uma causa já prevista e conhecida no PERSU 2020+: o atraso em dois anos na aprovação das candidaturas submetidas ao POSEUR tendo em vista a obtenção de fundos comunitários para a concretização de investimentos especificamente projetados para o cumprimento das metas previstas no PERSU 2020. Este facto conjugado com os efeitos remanescentes já referidos da pandemia Covid-19, levou à deposição em aterro da quase totalidade de resíduos rececionados na AMBILITAL, dado que nos anos de 2021/22 as instalações de tratamento de resíduos se encontraram em fase de finalização das obras de otimização e ampliação.

Os Valores de Contrapartida em fase de decisão pela APA, constituem mais uma preocupação financeira e técnica habitual para a AMBILITAL, dado que mais uma vez os valores em estudo parecem não cobrir a totalidade dos custos de recolha e tratamento de resíduos recolhidos seletivamente, com a agravante das novas especificações técnicas cada vez mais exigentes, aprovadas à revelia dos SGRU, as quais vão levar novamente e obrigatoriamente a avultados investimentos em equipamentos para cumprimento das mesmas.

8. RECURSOS HUMANOS

Os dados relativos ao pessoal são os que abaixo se apresentam:

Tabela 10 - Evolução do custo médio por empregado.

PESSOAL

Pessoal	2022	2021	Var.%
Gastos com Pessoal (euros) (1)	1.283.259,07	1.211.335,18	5,94%
Numero de empregados (2)	56	56	0,00%
Gasto médio por empregado (euros)	22.915,34	21.630,99	5,94%

(1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com exceção da conta 636 a 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.

(2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de atividade

9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que, o resultado líquido apurado no exercício de 2022, no montante de 438.451,15 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 279.624,59
- Reservas livres	€ 158.826,56

10. INFORMAÇÃO

Durante o presente exercício, em 6 de junho de 2022, foram eleitos os novos membros dos órgãos sociais da empresa para o quadriénio 2022/2025 a saber:

Mesa da Assembleia-Geral		
Cargo	Identificação	Início
Presidente	Carlos Teles em representação da AMAGRA	06-06-2022
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representação da SUMA	06-06-2022

Conselho de Administração		
Cargo	Identificação	Início
Presidente	Hélder Guerreiro	06-06-2022
Administrador	Paula Ledo	06-06-2022
Administrador	Nuno Jorge Costa designado pela SUMA	06-06-2022

mi
NTA

Fiscal Único		
Cargo	Identificação	Início
Fiscal Único	Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC - representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº 1009	06-06-2022
Suplente do Fiscal Único	Noé Gonçalves Gomes - ROC nº 498	06-06-2022

11. INFORMAÇÃO RELEVANTE

11.1 No âmbito de um contrato de construção celebrado entre a ACORIL e a AMBILITAL, a primeira prestou vários serviços de construção à segunda, cuja faturação cedeu à Caixa Leasing e Factoring (CLF). Por força da referida cedência, a AMBILITAL pagava à CLF as faturas emitidas pela ACORIL. Com a insolvência da ACORIL, a AMBILITAL, por exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida, e que ainda não tinham sido pagas à CLF, à Massa insolvente. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do tribunal se ter declarado incompetente para julgar a ação.

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/18, o Tribunal achasse, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16. A CLF recorreu para o Tribunal de Conflitos (TCAS) e por Despacho do Juiz Desembargador, proferido a 29/11/2018, este Tribunal de recurso manteve que a competência para julgar é da 1ª instância (ver parágrafo anterior). O processo tramitou para a 1ª Instância do TAFIL que admitiu a intervenção provocada da massa insolvente da Acoril, requerida pela Ambilital, tendo sido já realizada a Audiência Prévia, aguardando-se, à data, o Despacho Saneador-Sentença.

A ação intentada pela Ambilital contra a Massa insolvente, em 29/01/15 (proc. 784/06.2TYLSB-CS), no valor das faturas pagas e juros vencidos e vincendos (1.478.007,79€), no sentido de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efetuados, foi julgada improcedente e absolvida a Ré, em conformidade com o Despacho Saneador- Sentença proferido pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, em 08/03/2022

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

11.2 A Ambital é ainda Credora do valor de 22 969,33 euros, referente a venda de metais ao devedor Batistas – Reciclagem de Sucatas, S.A., no Processo Especial de Revitalização referente ao Processo n.º 2710/20.7T8VFX – Juízo de Vila Franca de Xira – Juiz 1. Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte.

A Sociedade consta assim da Lista Provisória de Credores, Artigo 17-D n.º 2 CIRE.

Após reunião de credoras foi proferida sentença de não homologação do PER, remetendo-se os autos para a insolvência

Em 2020, foi constituída uma perda por imparidade relativa à dívida deste cliente no valor total da dívida.

11.3 Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal Processo: 1303/21.6T8STB, Juízo de Comércio de Setúbal - Juiz 2. Ambital é credora nestes autos de insolvência em que é devedora a Glowode Industrias SA no valor de € 1798,62. Aguarda-se aprovação do plano insolvência.

Foi constituída perda de imparidade no valor total da dívida.

12. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DO BALANÇO

Não são de registar mais factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.

13. MENÇÕES FINAIS DE OBSERVÂNCIA LEGAL

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores.

Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

Empresa não transacionou, durante o período em relato, nem detém quotas próprias em 31 de dezembro de 2022.

A empresa não possui sucursais.

Ermidas-Sado, 24 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração,



Helder Guerreiro



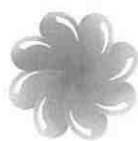
Paula Ledo



Nuno Costa

h
N

ambiental:zero



ambital

INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



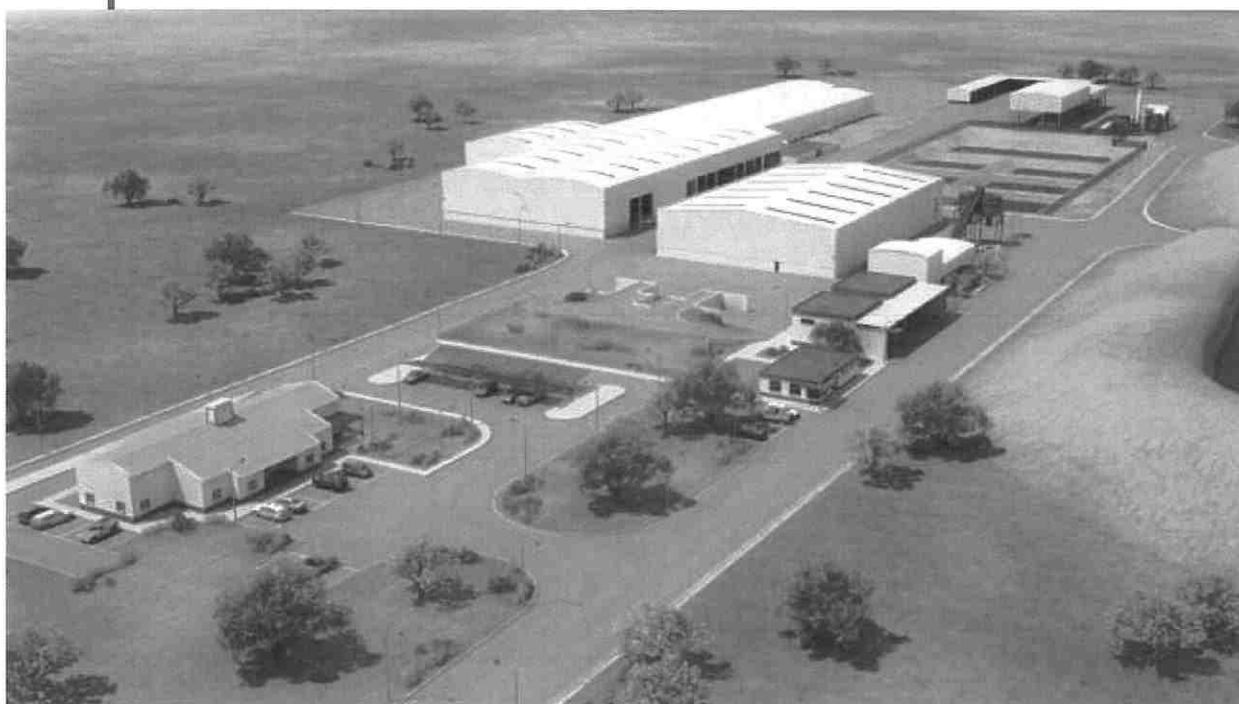
zero resíduos



zero desperdício



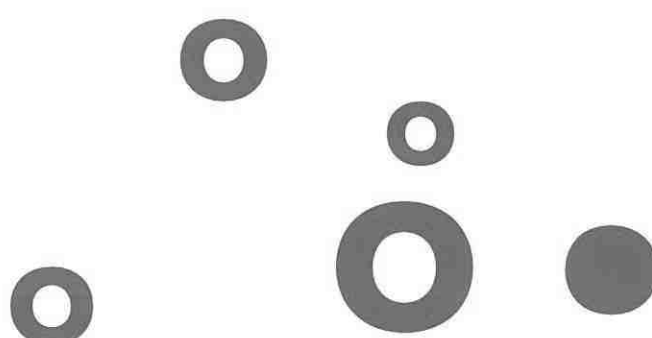
zero poluição



Relatório de Boas Práticas do Governo Societário

(Cf. Artº 54 do decreto-Lei 133/2013 de 3 de Outubro)

2022



2
ni
N/A

PARTE I – MISSÃO E OBJETIVOS

1. MISSÃO

A missão da AMBILITAL é a gestão e exploração do Sistema Intermunicipal de Resíduos Urbanos, nomeadamente na deposição em aterro e na recolha seletiva, triagem, valorização dos resíduos recicláveis dos municípios da AMAGRA, contribuindo assim para a melhoria da qualidade ambiental do seu território.

Um dos principais objetivos da AMBILITAL é a prestação, às populações, de um serviço público eficaz e sustentável.

2. OBJETIVOS

Um dos principais objetivos estratégicos da AMBILITAL é o cumprimento do seu Plano de Ação definido para o Sistema Intermunicipal da AMAGRA, gerido pela AMBILITAL e elaborado para dar cumprimento às metas decorrentes da implementação do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+, nomeadamente no que diz respeito às metas de retomas da recolha seletiva, deposição de RUB de aterro e preparação para reutilização e reciclagem, sempre numa perspetiva de eficácia e de sustentabilidade.

Os principais objetivos de gestão para 2022 foram:

- Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020 com ajustamentos preconizados no PERSU 2020+.

AMBILITAL Meta/ano	2020/2022 Despacho 3350/2015 PERSU 2020
Preparação para a reutilização e reciclagem (%)	80
Deposição de RUB em aterro (%)	10
Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano)	48

No que diz respeito à Implementação do Plano Ação (PAPERU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, com o estipulado no PERSU 2020 com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+, previu-se para 2022 a finalização dos seguintes investimentos e atividades candidatados e aprovados no âmbito do POSEUR:

- Finalização da Execução das componentes da candidatura "Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico", investimento total no valor de cerca de 4 300 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020) entregue **relatório final** no POSEUR e em fase de testes do equipamento.

PL
NG

- Operacionalização da operação “Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva”, investimento total no valor de cerca de 3 500 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020), **entregue relatório final** no POSEUR.

Relativamente às candidaturas acima referidas, foram submetidas ao POSEUR reprogramações, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para execução de melhorias nos processos de tratamento e controle de qualidade da UTM, valor proposto a acrescer em termos de investimento é de 1,6 milhões de euros. As reprogramações submetidas em 14 de junho de 2022 foram aprovadas em 21 e 22 do mesmo mês, sendo a despesa considerada elegível não comparticipada e encontrando-se a aguardar disponibilidade de saldos.

- Finalização da Execução das componentes da candidatura aprovada pelo POSEUR - “Sistema de Secagem de CDR com a Ampliação/Otimização da Unidade de CDR” (POSEUR-03-1911-FC-000237), cujo investimento ronda os 4.200.000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020) a qual se encontra **concluída** e em fase de comissionamento e testes dos equipamentos.

Relativamente a esta candidatura foi submetida ao POSEUR uma reprogramação, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para execução de uma plataforma para armazenamento e tratamento de biomassa, valor proposto a acrescer em termos de investimento é de cerca 850 mil euros. A reprogramação submetida em 15 de junho de 2022 foi aprovada em 22 do mesmo mês sendo a despesa considerada elegível não comparticipada, ficando a aguardar disponibilidade de saldos.

- Execução das componentes da Candidatura, ao POSEUR - “AMBILITALZERO - zero resíduos, zero desperdício, zero poluição” (POSEUR-03-1911-FC-000112), cujo investimento ronda os 85.000,00€ e a qual neste momento apresenta uma execução de cerca 90%, a execução desta operação terá o seu término previsto em março de 2023, de forma a que seja possível executar as componentes em ambiente escolar no ano letivo corrente o que não foi possível nos anteriores devido à COVID-19.

- Execução das componentes da Candidatura, ao POSEUR - “Otimização/Ampliação da UTMB – Biorresíduos” (POSEUR-03-1911-FC-000343), cujo investimento ronda o 2.000.000€, a qual neste momento apresenta uma execução de cerca **75 %**.

Relativamente a esta candidatura foi submetida ao POSEUR uma reprogramação, tendo em vista o aproveitamento de eventuais saldos finais no programa, para fazer face aos aumentos de preços que se tem verificado nas adjudicações das componentes da candidatura, o valor proposto a acrescer em termos de investimento é de cerca de 400 mil euros. A reprogramação foi submetida em 27 de junho de 2022 e foi

ML
Nob

aprovada em 5 de julho, sendo a despesa considerada elegível não participada, ficando a aguardar disponibilidade de saldos.

Foram ainda executados ou encontram-se em fase de execução alguns investimentos com capitais próprios com vista à melhoria da operação, nomeadamente:

- Finalização da reparação da rede de biogás do aterro 1 e preparação do arranque da Unidade de Pequena Produção (UPP) de eletricidade a Biogás de 250kW.
- Continuação dos trabalhos de selagem do Aterro Sanitário (finalização da cobertura com camada de terra e respetiva sementeira de reposição paisagística);
- Continuação da aquisição de camiões e pisos móveis com vista à alteração do modelo de transferência de Resíduos das atuais estações.

Os presentes investimentos enquadram-se na Implementação do Plano Ação (PAPERSU) apresentado pela AMBILITAL às entidades competentes no âmbito do PERSU 2020, 2020+.

3. REGULAMENTOS INTERNOS

Não existem regulamentos internos aprovados pela empresa.

PARTE II – INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012, de 31 de agosto, e subsidiariamente o Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei nº71/2007, de 27 de março, alterado pela Lei 64A/2008 de 31/dezembro e alterado e republicado pelo Decreto-lei nº8/2012, de 18 de janeiro,

1. ESTRUTURA DE CAPITAL E SÓCIOS

O capital social, integralmente realizado por ambos os sócios, é de três milhões e seiscentos mil euros (3.600.000,00 €), e corresponde à soma de duas quotas sendo uma, com o valor nominal de um milhão, oitocentos e trinta e seis mil euros (1.836.000,00 €), pertencente à AMAGRA – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a outra, com o valor nominal de um milhão, setecentos e sessenta e quatro mil euros (1.764.000,00 €), pertencente à sociedade SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

A AMAGRA é detentora de 51% do Capital Social e a SUMA S.A. detém 49% do Capital Social.

R
h
NBW

2. CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, BEM COMO A PARTICIPAÇÃO EM QUAISQUER ATIVIDADES DE NATUREZA ASSOCIATIVA OU FUNDACIONAL

- As alterações ao capital social devem ser precedidas da autorização por parte do Conselho Diretivo da sócia AMAGRA, de acordo com o nº2 do art.º 3º e alínea b) do art.º 17 dos Estatutos da sociedade.
- A cessão a estranhos, total ou parcial, de quotas pertencentes a sócios privados depende do consentimento da empresa, de acordo com o nº1 do art.º 4º do mesmo documento.
- Se a empresa recusar o consentimento, a respetiva comunicação incluirá uma proposta de aquisição de quota formulada nos termos do art.º 231.º do Código das Sociedades Comerciais; se a cedente não aceitar a proposta no prazo de quinze dias, fica esta sem efeito, mantendo-se a recusa do consentimento, de acordo com o nº2 do artº4º do mesmo documento.
- A AMBILITAL não é detentora de participações em qualquer outra entidade.
- A AMBILITAL nos termos da alínea b) do artigo 38º da lei 50/2012 na sua redação atual, é associada da ESGRA (associação das empresas do sector dos resíduos), associação sem fins lucrativos.

3. PRESTAÇÃO DE GARANTIAS FINANCEIRAS OU ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS OU PASSIVOS DE OUTRAS ENTIDADES

A AMBILITAL não prestou quaisquer garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.

4. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Acordo de Gestão celebrado em 14/08/2007, celebrado entre a AMAGRA e a SERURB Lda, hoje SUMA S.A.

5. ÓRGÃOS SOCIAIS

5.1. Assembleia-geral

5.1.1. Composição da mesa da Assembleia-geral (AG)

Mesa da Assembleia-Geral			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	Nelson Brito em representação da AMAGRA	08-03-2018	06-06-2-022
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representação da SUMA	08-03-2018	06-06-2022
Presidente	Carlos Teles em representação da AMAGRA	06-06-2022	06-06-2026
Secretário	Pablo Barreiro Blanco em representação da SUMA	06-06-2022	06-06-2026

hc
Nob

5.1.2. Exercício do direito de voto

5.1.2.1. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

As deliberações serão tomadas por maioria de votos superior a metade do capital social, salvo quanto às matérias "propostas de alteração dos Estatutos e aumentos de capital", em que a aprovação só pode ter lugar com uma maioria qualificada de três quartos daqueles votos, conforme nº3 do art.º 10 dos Estatutos da Sociedade.

5.1.2.2. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais Assembleia-Geral.

5.1.2.2.1. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da Assembleia-geral.

Cargo não remunerado.

5.2. Administração

5.2.2. Composição

5.2.2.2. Identificação do modelo de governo adotado

O modelo de governo adotado é o dos Estatutos da sociedade e tem como enquadramento legal a Lei 50/2012 de 31 de agosto.

5.2.2.3. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, órgão executivo da empresa, é composto por três membros, um dos quais é o Presidente, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um dos vogais sempre eleito sob proposta dos sócios privados, conforme nºs 1 e 2 do art.º 10 dos Estatutos da Sociedade.

5.2.2.4. Composição atual do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Conselho de Administração			
Cargo	Identificação	Início	Fim
Presidente	José Alberto Guerreiro	08-03-2018	06-06-2022
Administrador	Ana Luísa Soares	08-03-2018	06-06-2022
Administrador	Nuno Jorge Costa	25-06-2020	06-06-2022

ML
Nov

Presidente	Hélder Guerreiro	06-06-2022	06-06-2026
Administrador	Paula Ledo	06-06-2022	06-06-2026
Administrador	Nuno Jorge Costa	06-06-2022	06-06-2026

5.2.1.4. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

Identificação	Nota Curricular
Hélder Guerreiro	<p>Data de Nascimento: 21/10/1970</p> <p>Formação académica Frequenta o Doutoramento em "Gestão Interdisciplinar da Paisagem" desenvolvido pelas Universidades de Évora, dos Açores e Técnica de Lisboa; Mestre em Economia Regional e Desenvolvimento Local pela Universidade de Évora; Licenciado em Engenharia Agro-Florestal, Ramo Desenvolvimento Rural, Escola Superior Agrária de Beja; Bacharel em Engenharia Técnica de Produção Animal, Escola Superior Agrária de Beja;</p> <p>Experiência profissional Vogal Executivo do Programa Operacional Regional - Alentejo 2020 desde fevereiro de 2017 até setembro de 2021; Vereador, em regime permanência, da Câmara Municipal de Odemira desde novembro de 2005 (Vice-Presidente desde outubro de 2009) até fevereiro de 2017; Participação em grupos de trabalho permanente, com vários especialistas europeus, sobre os regulamentos europeus de Desenvolvimento Rural e Política Agrícola Comum; Fundamentação/elaboração e direção de projetos de formação profissional e de desenvolvimento rural/agrícola; Participação, na fundamentação e como técnico de terreno, em missões de cooperação em Cabo Verde; Membro do Núcleo de Apoio à Gestão e técnico dos diferentes núcleos de animação de Odemira do PIC Leader +; Técnico de terreno de diferentes associações de produtores e de criadores (Apicultores, Raça Caprina Charnequeira, Raça Bovina Holstein Frísia)</p> <p>Funções atuais Presidente da Câmara Municipal de Odemira, desde 11/10/2021. Presidente do Conselho de Administração da AMBILITAL, desde 06/06/2022.</p> <p>Outras Atividades Membro fundador e presidente da direção da TAIPA – Organização Cooperativa de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira, Crl., desde 2000 a 2005; Membro fundador e presidente da direção da ADMIRA – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Região do Mira, desde 1998 a 2000.</p>

EF
h
NCS

Identificação	Nota Curricular
Paula Ledo	<p>Data de Nascimento: 04/03/1974</p> <p>Formação académica Licenciada em Biologia e Geologia (docência) pela Universidade de Évora</p> <p>Experiência profissional Vereador, em regime permanência, da Câmara Municipal de Sines desde 17 outubro de 2017 até 9 de outubro de 2021. Foi eleita e exerceu o cargo de 2ª Secretária da Assembleia Municipal de Sines, nos mandatos de 2009/2013 e 2013/2017. Professora do ensino secundário desde 1998, tendo lecionado em Sines, Grândola, Santiago do Cacém e Vila Nova de Milfontes. Coordenou o Departamento de Matemática e Ciências Experimentais e o Projeto de Educação para a Saúde da Escola Nossa Senhora da Graça de Vila Nova de Milfontes e o grupo de Ciências Experimentais do Município de Odemira. Coordenou a participação dos seus alunos em vários projetos nas áreas da biologia, ambiente e saúde, nos concursos Jovens Cientistas e Investigadores - Fundação da Juventude, Prémio Fundação Ilídio Pinho "Ciência na Escola" e Festival de Cinema Youth Making Ripples, entre outros. Estas participações têm sido locais, nacional e internacionalmente.</p> <p>Funções atuais Ajudante da Presidência da Câmara Municipal de Sines desde 10 outubro de 2021. Administradora não Executiva do Conselho de Administração da AMBILITAL, desde 06/06/2022.</p>
Nuno Jorge Costa	<p>Data de Nascimento: 15/05/1972</p> <p>Formação Académica: Licenciado em Engenharia do Ambiente – Ramo Ambiente, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa; MBA – Gestão Avançada – Active School – Mota—Engil, pela EGP-UPBS – Escola de Gestão do Porto</p> <p>Percurso Profissional: Administrador da AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM desde junho de 2020. Desde abril de 2018 até à data, desempenha funções de Administrador – Desenvolvimento Comercial na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; Desde janeiro de 2016 até 31 de março de 2018, desempenhou as funções de Diretor Comercial – Estudos e Propostas na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; Desde março de 2000 até dezembro de 2015, desempenhou as funções na área comercial – Estudos e Propostas na Empresa SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.; Desde março de 1996 até março de 2000, desempenhou as funções na Empresa AMARA Portugal, S.A. – Grupo IBERDROLA.</p>

5.3.1. Funcionamento

5.3.1.1. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Estatutos disponíveis nos serviços Administrativos e Financeiros da AMBILITAL, EIM e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).

5.3.1.2. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração, às reuniões realizadas.

Cargo	Identificação	Reuniões CA efetuadas em 2022 (nº)	Reuniões CA presente em 2022 (nº)	Grau de Assiduidade (%)
Presidente	José Alberto Guerreiro	18	18	100
Administrador	Ana Luísa Soares		17	94,4
Administrador	Nuno Costa		8	44,4
Presidente	Hélder Guerreiro	19	19	100
Administrador	Paula Ledo		19	100
Administrador	Nuno Costa		6	31,6

5.4.1. Estrutura e divulgação das remunerações

5.4.1.1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração

Os membros do Conselho de Administração exercem os seus cargos de forma não remunerada, salvo decisão em contrário da AG, nos termos da alínea g) do nº 1 do art.º 10º dos Estatutos, tendo por limite o disposto nos nºs 3 ou 4 do art.º 25º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

É responsabilidade da Assembleia-geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, nos termos legais e de acordo com limite estabelecido no nº 3 do art.º 30 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

5.4.1.2. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração e outros benefícios a 31 de dezembro de 2022

24
hc
Noé

Remunerações 2022	AMAGRA		SUMA
	Presidente CA	Administrador	Administrador
	Hélder Guerreiro	Paula Ledo	Nuno Costa
1.Remuneração			
1.1. Remuneração base/Fixa	-	-	-
1.2. Despesas de Representação	-	-	-
Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2)	-	-	-
2.Outras regalias e compensações			
2.1. Subsídio de refeição	-	-	-
2.2. Gastos na Utilização de Telefones	-	-	-
3.Encargos com benefícios sociais			
3.1. Regime de Proteção Social (Seg.Social/ADSE/CGA)	-	-	-
3.2. Seguros de Saúde	-	-	-
3.3. Seguro de Acidentes de Trabalho	-	-	-

A Administração exerce as suas funções de forma não remunerada.

5.5. FISCALIZAÇÃO

5.5.1. Composição

5.5.1.1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado a 31 de dezembro de 2022

O órgão de fiscalização da sociedade é o Fiscal Único que é obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foi designado pela Assembleia-geral da AMBILITAL a sociedade de revisores Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 28 e na CMVM sob o n.º 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, n.º 228 H, 6.º, Div. 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC n.º 1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Noé Gonçalves Gomes, contribuinte fiscal n.º 117477605, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 498 e na CMVM sob o n.º 20160176, com domicílio profissional na R. da Torrinha, n.º 228 H, 6.º, Div.1, 4050-610 Porto.

5.5.1.2. Qualificações profissionais do representante do Fiscal Único

Identificação	Nota Curricular
Jorge Marques Pereira Ribeiro	<p>Data de Nascimento: 08/10/1956</p> <p>Pós-Graduação em auditoria pelo ISAG / PriceWaterhouseCoopers</p> <p>Licenciatura em Gestão Financeira</p> <p>Em 2003 passou a integrar a sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda.</p> <p>Em 1997 obteve a qualificação profissional de Revisor Oficial de Contas, passando a desenvolver a sua actividade, a partir de 1998 e sob contrato, na Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Carlos Teixeira & Noé Gomes, SROC.</p> <p>Desde 1994 até 1998 prestou colaboração independente no Departamento de Auditoria da firma, com ligações internacionais, JPA Portugal - Auditores, tendo iniciado a sua colaboração como auditor e evoluído progressivamente para as funções de responsável de processos.</p> <p>A sua atividade profissional de Revisão/ Auditoria de contas vem sendo desenvolvido em empresas e entidades integrantes dos diversos sectores da economia (com exceção da área financeira, que está a cargo de outro sócio), designadamente da indústria, do comércio, incluindo a grande distribuição, local (E.M. e E.I.M.) e autárquico, empresarial do estado e das entidades não lucrativas (associações, fundações, misericórdias, etc.).</p> <p>Para além das funções de interesse público cometidas aos ROC, referidas acima, presta também outros serviços compreendidos nas competências destes nas vertentes de consultoria e assistência nas diversas áreas da gestão empresarial, nomeadamente em contabilidade, fiscalidade, planeamento e controlo, análise financeira, estudos de viabilidade económica e financeira, projectos de investimento ou de reestruturação, fusões e aquisições e avaliações, com observação estrita dos princípios éticos e de independência que regem a profissão.</p> <p>Possuindo formação em área técnica industrial e frequência de Engenharia, até 1994 fez carreira na Indústria tendo desempenhado vários cargos técnicos e de Direcção, nomeadamente de produção e fabril, em diversas empresas do setor.</p>

5.6. Revisor Oficial de Contas

5.6.1. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa a 31 de dezembro de 2022

Fiscal Único – Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº28 e na CMVM sob o nº 20161383, NIF 501381171, com sede na R. da Torrinha, nº 228 H, 6º, Sala 1, 4050-610 Porto, representada por Jorge Marques Pereira Ribeiro, ROC nº 1009, inscrito na CMVM sob o n.º 20160624, NIF 151977372 com domicílio profissional no mesmo endereço, e como suplente Noé Gonçalves Gomes, contribuinte fiscal n.º 117477605, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 498 e na CMVM sob o n.º 20160176, com domicílio profissional na R. da Torrinha, nº228 H, 6º, Div.1, 4050-610 Porto.

- A Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda. foi fundada em 1982, tem sede no Porto e escritórios em Lisboa.
- É sócia fundadora da *JPA International*, em 1987, associação de firmas independentes de Auditoria, Contabilidade, Fiscalidade e Consultoria, membro do *Forum of Firms*;
- Conta com 6 ROC e 12 auditores.

SP
ni
NDA

5.6.2. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade.

21 anos (07/11/2001)

5.6.3. Estrutura e divulgação das remunerações

5.6.3.1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização

Nome	Cargo	Remuneração Fixa	Remuneração Bruta Mensal	Remuneração Bruta Anual
Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associados, SROC, Lda	Fiscal Único	995,00€	995,00€	11.940,00€

A referida remuneração inclui os honorários e todas as despesas incorridas na realização da prestação de serviços de ROC e no desempenho das funções de Fiscal Único.

6. GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS

Principais Objetivos de Gestão	Execução	Cumprimento	Justificação Desvio	Informações Adicionais
Cumprimento das metas definidas no PERSU 2020/ 2020+ PERSU 2020 - Deposição de RUB em aterro (%) – 10 PERSU 2020 - Retomas de recolha seletiva (kg/hab.ano) – 48 PERSU 2020 - Preparação para a reutilização e reciclagem (%) – 80	Sim	33%	Em 2022 não se encontravam concluídos todos os investimentos que permitam o tratamento da quantidade de resíduos necessária para o cumprimento das metas, devido aos efeitos remanescentes da pandemia COVID 19.	O cumprimento da meta Preparação para a reutilização e reciclagem (%) – 80 cujo cumprimento no PERSU 2020 estava prevista ser cumprida em 2020, foi adiada para 2022 no âmbito dos ajustamentos preconizados no PERSU 2020+

h
N

<p>Operação em velocidade de cruzeiro da Unidade de Produção de Combustível Derivado de Resíduos, cujo investimento total rondou os 1.250.095,45€, tendo sido o mesmo candidatado ao QREN no âmbito do POVT e obtido Aceitação e Decisão favorável de financiamento em 85% e estando concluída a operação.</p>	<p>Sim</p>	<p>0 %</p>	<p>Apesar de a unidade ter ficado capacitada em 2016 para trabalhar em velocidade cruzeiro, em 2022 por motivo da execução de obras de ampliação/ otimização na UTMB e UCDR a unidade de produção de CDR esteve parada.</p>	<p>-</p>
<p>Continuação da exploração da nova célula de deposição de RSU, cujo investimento rondou os 962.842,90€;</p>	<p>Sim</p>	<p>100%</p>	<p>-</p>	<p>A exploração do Aterro 2 iniciou-se em agosto de 2018, a segunda célula em junho de 2019, a terceira célula em outubro de 2020 e a quarta célula em Outubro de 2021.</p>
<p>Continuação da selagem do Aterro Sanitário 1, cujo investimento rondará os 1.200.000€.</p>	<p>Sim</p>	<p>99%</p>	<p>Em 2022 procedeu-se à continuação da execução da terceira fase de selagem. Foram continuados os trabalhos de colocação de terras de cobertura.</p>	<p>Encontra-se em fase de consolidação da sementeira paisagística</p>
<p>Execução e conclusão da candidatura "Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos", investimento no valor total estimado de cerca de 4 300 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)</p>	<p>Sim</p>	<p>100%</p>	<p>Em 2022 finalizou-se a montagem do equipamento da Ampliação e optimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de CDR e a de montagem do equipamento para a optimização do controle de qualidade da UTMB.</p>	<p>Encontra-se em fase de testes.</p>

8
h
NGR

Execução e conclusão da candidatura "Optimização e ampliação da rede de recolha selectiva", investimento no valor total estimado de cerca de 3 500 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)	Sim	100%	Em 2022 foi concluída a execução do fornecimento de software de gestão de recolhas e movimentação de contentores.	Encontra-se em fase de operacionalização.
- Execução da candidatura aprovada pelo POSEUR - "Sistema de Secagem de CDR com a Ampliação/Otimização da Unidade de CDR" (POSEUR-03-1911-FC-000237), cujo investimento ronda os cerca 4.200.000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)	Sim	100%	Em 2022 foi concluída a execução do fornecimento equipamento de otimização da unidade de CDR e de execução da empreitada de construção da laje.	Encontra-se em fase de comissionamento e testes dos equipamentos.

7. OBRIGAÇÕES DE DIVULGAÇÃO

7.1. Planos de Atividade e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento

A AMBILITAL elabora anualmente o seu Plano de Atividades e Orçamento Anuais e Plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento, de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis, considerando a sua missão e objetivos fixados (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.2. Orçamento Anual e Plurianual

A AMBILITAL elabora Orçamento Anual e Plurianual, de acordo com os princípios de sustentabilidade (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.3. Documentos Anuais de Prestação de Contas

A AMBILITAL elabora os seus Documentos Anuais de Prestação de Contas, reportando esta informação aos acionistas e à AMAGRA. Os documentos anuais de prestação de contas permitem uma avaliação da atividade desenvolvida a fim de aferir o modo como foi prosseguida a missão, o cumprimento dos objetivos, a política social e o desenvolvimento sustentável (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

7.4. Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental

A AMBILITAL elabora os seus Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental de forma a acompanhar a execução orçamental trimestralmente, dando conhecimento deste ao acionista público AMAGRA, nos termos

21
Nº 8

da Lei 50/2012, de 31 de agosto (estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt).

8. DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Além da informação prevista no Decreto-lei nº 133/2013 de 3 de outubro, a AMBILITAL cumpre todos os deveres especiais de prestação de informação que lhe são exigidos, nomeadamente informação financeira e relativa a recursos humanos à DGAL, bem como disponibiliza no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) a seguinte informação prevista no art.º 43, nº 2 da Lei 50/2012 de 31 de agosto, nomeadamente:

- a) Contrato de sociedade e estatutos;
- b) Estrutura do capital social;
- c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respectiva nota curricular;
- d) Montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais;
- e) Número de trabalhadores, desagregado segundo a modalidade de vinculação;
- f) Planos de atividades anuais e plurianuais;
- g) Planos de investimento anuais e plurianuais;
- h) Orçamento anual;
- i) Documentos de prestação anual de contas, designadamente o relatório anual do órgão de gestão ou de administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do órgão de fiscalização;
- j) Plano de prevenção da corrupção e dos riscos de gestão;
- l) Plano para a igualdade.

Tendo em vista o seu acompanhamento e controlo a AMBILITAL faculta atempadamente e de forma completa ao órgão executivo da AMAGRA os seguintes elementos:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documentos de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental.

9. TRANSPARÊNCIA

A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e aos acionistas.

Cumprindo a sua missão e objetivos, a AMBILITAL como gestora do Sistema Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos, tem como obrigações principais:

-Explorar e gerir de forma integrada o sistema intermunicipal da AMAGRA que compreende a receção, recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como a monitorização dos locais de deposição após o seu encerramento.

-Dar cumprimento ao plano estratégico de resíduos do sistema, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no PERSU 2020 com os ajustamentos preconizados no PERSU 2020+, bem como ao Despacho 4707/2018.

Assim, a gestão integrada territorialmente é a mais adequada à prestação do serviço que privilegia a sua verticalização de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços, devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no nº 1 do art.º 5º do DL nº194/2009, de 20/08, nomeadamente:

- a) A promoção tendencial da sua universalidade e a garantia da igualdade no acesso;
- b) A garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores;
- c) O desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços;
- d) A proteção da saúde pública e do ambiente;
- e) A garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afectos, respondendo à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis;
- f) A promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional.
- g) Princípio da sustentabilidade económica e financeira dos sistemas;
- h) Princípio do poluidor-pagador;
- i) Princípio da hierarquia das operações de gestão de resíduos;
- j) Princípio da responsabilidade do cidadão, adotando comportamentos de carácter preventivo em matéria de produção de resíduos, bem como práticas que facilitem a respetiva reutilização e valorização.

Os princípios atrás referidos encontram-se vertidos no Contrato de Gestão Delegada e no Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Sistema Intermunicipal da AMAGRA gerido pela AMBILITAL.

9
hi
Noyl

10. PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

No sentido de dar cumprimento à Recomendação aprovada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção em 1 de julho de 2009, sobre “Planos de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas”, a AMBILITAL tem implementado desde 2010 um Plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas e elabora anualmente um relatório sobre a sua execução. Este documento foi divulgado e objeto de formação aos colaboradores da AMBILITAL de forma a dar cumprimento rigoroso à sua implementação. Estes elementos encontram-se disponíveis para consulta no sítio da internet da AMBILITAL: www.ambilital.pt.

11. PADRÕES DE ÉTICA E CONDUTA

A AMBILITAL segue e tem disponível para consulta, no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) e em papel, nos serviços administrativos, o seu código de ética, que contempla exigentes comportamentos éticos e deontológicos, o qual é divulgado aos clientes, fornecedores e ao público em geral.

Os seus princípios orientadores são:

- Respeito pelos Direitos Humanos, dos Trabalhadores e igualdade de oportunidades
- Contra todas as formas de exploração
- Erradicação de toda e qualquer prática discriminatória
- Responsabilidade na proteção e defesa do ambiente
- Luta contra todas as formas de corrupção
- Assunção da sua responsabilidade social

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de uma empresa que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

12. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A AMBILITAL adotou de forma voluntária as preocupações sociais e ambientais nas suas operações quotidianas e na interação com todas as partes interessadas, contribuindo assim para a sociedade de forma positiva e gerindo os impactos sociais e ambientais da sua organização.

Neste âmbito a AMBILITAL tem em consideração, nas decisões que toma, a comunidade onde se insere e o ambiente onde opera, defendendo que o motor de desenvolvimento económico, tecnológico e humano, só se realizam plenamente quando consideram na sua atividade o respeito pelos direitos humanos, o investimento na valorização pessoal, a proteção do ambiente, o combate à corrupção, o cumprimento das normas sociais e o respeito pelos valores e princípios éticos da sociedade em que se insere.

h
 h
 N

13. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS E PROMOÇÃO DE IGUALDADE

A política de recursos humanos da AMBILITAL tem por objetivo promover a adequação permanente da atividade dos seus colaboradores à prossecução dos objetivos estratégicos e de negócio da empresa, assegurando a sua valorização e desenvolvimento profissional, e reforçando as suas competências técnicas e de gestão.

A AMBILITAL, elabora e comunica nos termos da lei o seu plano de igualdade de género o qual também pode ser consultado em www.ambilital.pt.

Em 2022 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes ações de formação externas:

Ação	Entidade Formadora	Nº Participantes
Formação em Processamento Salarial no ERP PRIMAVERA	Alvo, Tecnologia de Informação	1
Formação Triturador Móvel Crambo	Bianna Recycling Manuel Duarte	5
Otimização do controlo da qualidade da UTM	Bianna Recycling Manuel Duarte e Nuno André	2
Linha de Aspiração, Triagem e Enfardamento de Filme e Mistos	Bianna Recycling Manuel Duarte e Nuno André	2
Formação de Operação de Pás Carregadoras	Knowit – Consultoria, Formação e Tecnologia, S.A. José Nobre	11
Formação de Operação de Volteadora	Manuel Fialho, Lda	2
Formação de Operação de Grifa	ASCENDUM	5

Em 2022 foram promovidas e financiadas pela AMBILITAL as seguintes ações de formação internas:

Ação	Formadores internos	Nº Participantes
Operação e Manutenção da Central de Valorização Energética (CVE) a Biogás	Élio Pombinho	1
Manutenção e Operação de Máquinas de Aterro	José Luís Pontes	1

h L
Nol

13.1. Gestão do Capital Humano/ Balanço Social 2022

Número de colaboradores	
Nº de Colaboradores	55
Nº Médio de Colaboradores	58
Nº de Órgãos Sociais	3
Nº de Órgãos Sociais Executivos	0

Antiguidade	
< 1 Ano	9
1 - 2 Anos	2
3 - 5 Anos	10
6 - 8 Anos	2
9 - 11 Anos	8
12 - 15 Anos	10
> 16 Anos	12
Antiguidade Média	10

Sexo	
Feminino	15
Masculino	40

Rotação do Efectivo	
Nº de Admissões	10
Nº de Saídas	18

Estrutura Etária	
< 19 anos	0
19 - 25 Anos	0
26 - 35 Anos	5
36 - 45 Anos	21
46 - 55 Anos	19
56 - 65 Anos	9
> 65 Anos	1
Média de Idades	47

Tempo de Trabalho	
Potencial de Horas Trabalháveis	111.304
Horas Trabalhadas	96.992
Horas de Trabalho Suplementar	7.339
Horas não trabalhadas	21.652
Taxa de Ausência	19%

Habilitações Literárias	
Ensino Básico (Inclui 1º, 2º e 3º Ciclo)	37
Ensino Secundário	13
Ensino Superior	5

Formação Profissional	
Nº de Acções	9
Total de Nº de Horas de Formação	120
Nº de Colaboradores Envolvidos	15

Tipo de Contrato	
Sem Termo	46
A Termo Certo	9
A Termo Incerto	0
Outro	0

Handwritten initials and marks in the top right corner.

14. PREVENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm conhecimento do regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos definido na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pela Lei n.º 69/2020 de 9 de novembro, no Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Sociedades, em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares.

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração (CA) da AMBILITAL cumprem com as seguintes obrigações:

- a) Entrega junto da Inspeção-Geral de Finanças de declaração para cumprimento dos deveres previstos no artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março e no artigo 52º, n.º 1, do Decreto-lei nº 133/2013 de 3 de outubro;
- b) Entrega junto do Tribunal Constitucional da Declaração Única de Rendimentos, Património, Interesses, Incompatibilidades e Impedimentos (nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, alterada pela Lei n.º 69/2020 de 9 de novembro)
- c) Não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- d) Cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

PARTE III – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

O Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontra sujeita é o previsto no art.º 54º do Decreto-lei 133/2013 de 3 de outubro).

2. AVALIAÇÃO SOBRE GRAU DE CUMPRIMENTO DAS PRÁTICAS DO BOM GOVERNO

A governação da AMBILITAL respeita as Práticas de Bom Governo das empresas do Sector Público Empresarial, aprovados pelo Decreto-lei 133/2003, de 3 de outubro.

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento das Práticas de Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Sector Público Empresarial.

Missão, objetivos e princípios gerais de actuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Cumprir a missão e os objetivos que lhes tenham sido fixados, elaborar planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis	Total	-A AMBILITAL cumpre a sua missão e os objetivos fixados. -Anualmente, são elaborados os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis
<p>• Proceder à enunciação e divulgação:</p> <p>a) A composição da sua estrutura acionista;</p> <p>b) A identificação das participações sociais que detêm;</p> <p>c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;</p> <p>d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;</p> <p>e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar;</p> <p>f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;</p> <p>g) Orçamento anual e plurianual;</p> <p>h) Os documentos anuais de prestação de contas;</p> <p>i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;</p> <p>j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.</p>	Total	-A divulgação destas obrigações é efetuada no Relatório e Contas Anual e/ou sitio da internet da AMBILITAL (www.ambital.pt).
-Informar anualmente o titular da função acionista e o público em geral do modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual ao público em geral e aos acionistas. -Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
-Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção, devendo elaborar anualmente um relatório identificativo das ocorrências, ou risco de ocorrências, de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro	Total	-A AMBILITAL cumpre na íntegra a legislação e regulamentação em vigor relativa à prevenção da corrupção, tendo um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas. -Anualmente elabora o Relatório deste Plano e remete-o para o Conselho de Prevenção da Corrupção, bem como para o titular da função acionista (AMAGRA). -Os documentos acima referidos são publicados no sitio da internet da AMBILITAL (www.ambital.pt).

22
h
N

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>-Adotar um código de ética que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, procedendo à sua divulgação por todos os seus colaboradores, clientes, fornecedores e pelo público em geral</p> <p>-Tratar com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa.</p>	Total	<p>-A atividade da AMBILITAL é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>-A AMBILITAL divulga e tem disponível para consulta o Código de Ética nos seus serviços administrativos e no sítio da internet da AMBILITAL (www.ambilital.pt).</p> <p>-A AMBILITAL trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da empresa, outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a empresa, cumprindo na íntegra o Código da Contratação Pública e demais legislação aplicável.</p>
<p>-Prosseguir objetivos de responsabilidade social e ambiental, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional, a promoção da igualdade e da não discriminação, a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL, sempre que possível, promove estágios solicitados pelas entidades formadoras da região, nomeadamente Escola Técnico profissional ETLA, empresas de formação e IEFP (Programa de Formação para desempregados) enquadrado nos seus princípios de responsabilidade social e valorização profissional. A AMBILITAL cumpre a legislação relativa a proteção do ambiente e o respeito por princípios de legalidade e ética empresarial.</p>
<p>-Implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional.</p> <p>-Adotar planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL aposta na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>-A AMBILITAL promove a mobilidade interna, permitindo aos seus colaboradores conciliarem a vida profissional com a pessoal.</p> <p>-A AMBILITAL não faz qualquer discriminação para contratação e ocupação de lugares.</p> <p>- A AMBILITAL adotou e remeteu para a DGAL e para a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género o “Plano de Igualdade de Género”.</p>

VL
MBA

Prevenção de conflitos de interesse

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
Os membros dos órgãos de administração das empresas públicas devem: -Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas.	Total	-Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.
-Se aplicável, no início de cada mandato, os membros dos órgãos de administração, declaram aos órgãos de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse.	Total	-Não existem incompatibilidades conhecidas entre o exercício dos cargos de administração na AMBILITAL e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração. -Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação. -Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL comunicaram junto do Tribunal Constitucional a Declaração de Património e Rendimentos (Lei n.º 4/83 de 2 de Fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de Agosto, Decreto - Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de Março e ainda Lei 28/82 de 15 de Novembro) e à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de Agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março) e da Declaração Única prevista na Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, quando aplicável. -Os membros do Conselho de Administração da AMBILITAL não detêm participações e interesses patrimoniais direta ou indiretamente na empresa.

Divulgação de informação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
-Todas as informações que, nos termos do decreto-lei 133/2013 de 3 de outubro, estão sujeitas a divulgação pública são divulgadas no sítio na Internet da Unidade Técnica, o qual deve concentrar toda a informação referente ao sector público empresarial, sem prejuízo da divulgação no sítio na Internet da própria empresa. -No sítio na Internet das empresas do setor público empresarial consta, ainda, designadamente, informação financeira histórica e atual de cada empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais ou	Total	-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) as informações legalmente exigidas. -A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação financeira histórica e atual da empresa, a identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Divulgação de informação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>estatutários, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.</p> <p>-O sítio na Internet das empresas do setor público empresarial disponibilizam informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público, o modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios.</p> <p>-O acesso a toda a informação disponibilizada no sítio na Internet das empresas do setor público empresarial é livre e gratuito.</p>		<p>-A AMBILITAL divulga no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) informação clara, relevante e atualizada sobre a vida da empresa incluindo, designadamente, as obrigações de serviço público a que está sujeita, os termos contratuais da prestação de serviço público.</p> <p>-O acesso à informação disponibilizada pela AMBILITAL no seu sítio da internet (www.ambilital.pt) é livre e gratuito.</p>
<p>-As empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, do qual consta informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo presente capítulo.</p>	Total	<p>-A AMBILITAL cumpre a apresentação anualmente de relatórios de boas práticas de governo societário.</p>

3. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES


Não aplicável.

Ermidas-Sado, 24 de fevereiro de 2023

O Conselho de administração,



Helder Guerreiro



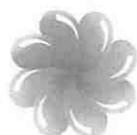
Paula Ledo



Nuno Costa

2
h
N

ambilital:zero



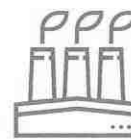
ambilital
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



zero desperdício



zero poluição



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2022 E 2021
- DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
- ANEXO (PERÍODO DE 2022)

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

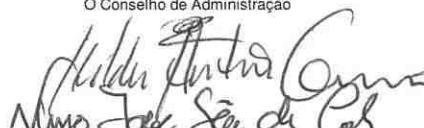
Activo	Notas	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	17.893.931,00	15.756.947,24
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis	6	75.481,17	33.480,16
Outros investimentos financeiros	8	908.569,83	907.483,32
Total do activo não corrente		18.877.982,00	16.697.910,72
Activo corrente			
Inventários	11	15.376,99	20.401,87
Clientes	10/16	716.715,79	616.076,95
Estados e outros entes públicos	15/21	464.059,08	883.043,34
Outros créditos a receber	16	511.854,36	181.295,85
Diferimentos	16	11.378,30	15.933,58
Caixa e depósitos bancários	4	5.064.449,56	3.798.073,75
Total do activo corrente		6.783.834,08	5.514.825,34
Total do activo		25.661.816,08	22.212.736,06
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital subscrito	16	3.600.000,00	3.600.000,00
Reservas legais	16	721.536,03	721.536,03
Outras reservas	16	4.184.249,46	4.247.792,87
Resultados transitados	16	1.415,66	1.415,66
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	16	9.865.330,34	8.267.165,67
Resultado líquido do período		438.451,15	251.270,22
Total do capital próprio		18.810.982,64	17.089.180,45
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	247.955,27	275.427,27
Passivo corrente			
Fornecedores	16	134.858,81	105.292,17
Estado e outros entes públicos	16/21	118.260,76	126.397,02
Diferimentos	16	816.964,61	816.964,61
Outras dívidas a pagar	16	5.532.793,99	3.799.474,54
Total do passivo		6.850.833,44	5.123.555,61
Total do capital próprio e do passivo		25.661.816,08	22.212.736,06

Ermidas Sado, 24 de Fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado (Membro da OCC n.º 44556)



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Rendimentos e Gastos			
Vendas e serviços prestados	12	4.301.916,78	3.787.726,27
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	-506.403,70	-399.948,59
Fornecimentos e serviços externos	21	-1.286.643,66	-967.292,53
Gastos com o pessoal	20	-1.377.836,19	-1.310.531,70
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	33,82	-1.570,28
Provisões (aumentos/reduções)	13	27.472,00	0,00
Outros rendimentos	14/21	1.738.226,14	1.498.242,88
Outros gastos	21	-1.459.428,96	-1.376.270,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.437.336,23	1.230.356,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-859.284,00	-901.034,61
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		578.052,23	329.321,43
Juros e gastos similares suportados	21	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		578.052,23	329.321,43
Imposto sobre o rendimento do período	15	-139.601,08	-78.051,21
Resultado líquido do período		438.451,15	251.270,22

Ermidas Sado, 24 de Fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração





DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2021

DESCRICÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	3.600.000,00	687.985,97	4.222.410,00	336.916,26	5.221.308,46		14.068.620,69
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	16					-884.281,11		-884.281,11
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14/16					3.930.138,32		3.930.138,32
Subsídios ao investimento	16		33.550,05	25.382,87	-58.932,92			0,00
Outras alterações	16		33.550,05	25.382,87	-58.932,92			0,00
Aplicação de resultados do ano anterior	2	0,00	33.550,05	25.382,87	-58.932,92	3.045.857,21	0,00	3.045.857,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						251.270,22	251.270,22
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3						251.270,22	3.297.127,43
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	5	0,00	0,00	0,00	-276.567,67	0,00		-276.567,67
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	3.600.000,00	721.536,02	4.247.792,87	1.415,67	8.267.165,67	251.270,22	17.089.180,45

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2022

DESCRICÃO	Notas	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos / outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	3.600.000,00	721.536,02	4.247.792,87	252.685,89	8.267.165,67		17.089.180,45
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos em subsídios	16					-463.983,32		-463.983,32
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14/16					2.062.147,99		2.062.147,99
Subsídios ao investimento	16			-63.543,41	63.543,41			0,00
Outras alterações	16			-63.543,41	63.543,41			0,00
Distribuição de outras reservas	7	0,00	0,00	-63.543,41	63.543,41	1.598.164,67	0,00	1.598.164,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						438.451,15	438.451,15
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						438.451,15	2.036.615,82
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Distribuições	10	0,00	0,00	0,00	-314.813,63	0,00		-314.813,63
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	11=6+7+8+10	3.600.000,00	721.536,02	4.184.249,46	1.415,67	9.865.330,34	438.451,15	18.810.982,64



Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM

Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém

NIPC 505 255 391

Capital Social: € 3.600.000

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de Clientes		5.893.493,72	5.378.098,33
Pagamentos a Fornecedores		-1.905.122,80	-2.923.048,81
Pagamentos ao Pessoal		-1.281.335,29	-1.217.636,24
Caixa gerada pelas operações		2.707.035,63	1.237.413,28
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-58.069,67	-108.564,14
Outros recebimentos/pagamentos		-23.130,78	39.436,67
Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)		2.625.835,18	1.168.285,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2.885.420,75	-5.765.044,41
Ativos intangíveis		-233.610,43	-161.669,22
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros			
Subsídios ao investimento		2.074.343,62	4.512.278,39
Juros e rendimentos similares		41,82	455,98
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-1.044.645,74	-1.413.979,26
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamento obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		-314.813,63	-276.567,67
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-314.813,63	-276.567,67
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		1.266.375,81	-522.261,12
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.798.073,75	4.320.334,87
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.064.449,56	3.798.073,75

Ermidas Sado, 24 de Fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

O Conselho de Administração

ANEXO

O Anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de contabilidade e de relato financeiro.

O presente documento constitui uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

1 - Identificação da entidade e período de relato

1.1 - Designação da entidade

A sociedade "AMBILITAL – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.", com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa coletiva 505 255 391, foi constituída em 5 de Março de 2001, apresenta um capital social de 3.600.000 € e tem como objeto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

1.2 – Sede

A AMBILITAL tem a sua sede em Monte Novo dos Modernos, 7565-255 Ermidas Sado.

1.3 – Natureza da atividade

Gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA

1.4 – Período de relato

O período de relato é compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e no regime do acréscimo, de acordo com as disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n° 158/2009, de 13 de Julho, na redação dada Decreto-Lei 98/2015, de 2 de Junho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC),

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

b) Indicação e justificação das disposições do SNC que tenham sido derogadas

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação contida nas demonstrações financeiras.

c) Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior, salientando-se que, para garantir a Comparabilidade, foram reexpressos os valores de comparativos nas seguintes situações:

- Por alteração da política contabilista, em 2022 passou a considerar-se os valores da Taxa de Gestão de Resíduos, faturados a clientes, numa conta de "outros rendimentos e ganhos", ao contrário do que vinha a ser praticado até ao ano de 2021, em que os mesmos vinham sendo registados em conta de "prestação de serviços". Em consequência, em 2022, os referidos valores estão apresentados na Demonstração de Resultados na rubrica "outros rendimentos". No comparativo de 2021 os valores do correspondente período foram reexpressos na rubrica de "outros rendimentos", com diminuição de igual montante na rubrica de "vendas e serviços prestados";
- Para representação correta da natureza dos investimentos em curso, os saldos correspondentes ao projeto AMBILITAL ZERO (POSEUR-03) foram reclassificados em conta de Investimentos Intangíveis em Curso. Em consequência, a 31 de dezembro de 2022 o saldo encontra-se apresentado no Balanço na rubrica de "ativos intangíveis". No comparativo a 31 de dezembro de 2021 os valores foram reexpressos, apresentando-se o saldo correspondente à data na rubrica de "ativos intangíveis" com diminuição de igual valor na rubrica de "ativos fixos tangíveis".

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

Ativos intangíveis - Os ativos intangíveis, quando existem, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Ativos fixos tangíveis - Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Investimentos financeiros - Os investimentos financeiros evidenciados no Balanço estão registados ao custo de aquisição.

Imparidade de ativos - É efetuada, à data de balanço, uma avaliação das eventuais imparidades de ativos. Uma perda por imparidade é registada quando o montante pelo qual o ativo esteja contabilizado seja superior à sua quantia recuperável.

Locações - A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato - são considerados como contratos de locação financeira aqueles em que a sociedade detenha substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo, independentemente da sua forma.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os



J
HL
NAI

juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto, na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

Nesta data a empresa não tem em vigor nenhum contrato de locação.

Inventários – As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação).

Instrumentos financeiros

- (i) Dívidas de terceiros – as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados.

Perdas por imparidade - As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

- (ii) Dívidas a terceiros – As dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.
- (iii) Financiamentos obtidos – são inicialmente reconhecidos ao justo valor, que inclui os custos de transação atribuíveis à sua emissão, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado e expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos. Designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Handwritten initials and signatures: "JP", "NL", "NCS", and a signature.

- (iv) Caixa e equivalentes de caixa - Inclui os valores em caixa, os depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

Capital social – As quotas são classificadas no capital próprio pelo valor do capital subscrito.

Subsídios e apoios do governo – Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

Provisões, ativos e passivos contingentes - A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.

Regime do acréscimo - Os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" ou "Diferimentos".

Rédito – É registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços, e pelo valor dos juros recebidos ou a receber, provenientes da aplicação de dinheiro, utilizando o método do juro efetivo. É reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos e retenções de imposto sobre capitais, conforme o tipo de rendimento.

Imposto sobre o rendimento - A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é

João
h.c.
Nob

aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

Benefícios dos empregados - Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, subsídio de alimentação, subsídio de Férias e de Natal, isenção de horário de trabalho, diuturnidades, subsídios de turno, abono para falhas, prémios e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, por contrapartida de um passivo, que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro do respetivo ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos respetivos são reconhecidos similarmente aos benefícios atrás referidos.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gasto no período em que ocorrem.

Eventos subsequentes - Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

a) Provisões e Passivos Contingentes

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

b) Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia, em fevereiro de 2022, e as consequentes sanções económicas impostas pelo ocidente, bem como o esforço de guerra, continuam a potenciar constrangimentos ao nível do aumento dos gastos da exploração, em especial, provocados pelos custos do gasóleo, dos lubrificantes consumidos e das reparações que se venham a ser necessárias em camiões e equipamentos, e também pela dilação dos prazos de disponibilização de equipamentos e consumíveis necessário à normal laboração da Empresa. Não obstante, não se antecipa que tais eventos possam colocar em causa a curto prazo a normal atividade da Empresa.

4. Fluxos de caixa

a) Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Não há valores relativos ao caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso.

J
NP
ni
NG

b) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2022			31.12.2021		
		Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais	Quantias disp. para uso	Quantias indispon. para uso	Totais
Caixa	Numerário	3.689,44		3.689,44	3.689,44		3.689,44
	Outros meios monetários	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	3.689,44	0,00	3.689,44	3.689,44	0,00	3.689,44
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	5.060.760,12		5.060.760,12	3.794.384,31		3.794.384,31
	Outros depósitos bancários	0,00		0,00	0,00		0,00
	Subtotais	5.060.760,12	0,00	5.060.760,12	3.794.384,31	0,00	3.794.384,31
Totais		5.064.449,56	0,00	5.064.449,56	3.798.073,75	0,00	3.798.073,75

5. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.

5.1 Remuneração do Pessoal chave da gestão (membros dos órgãos de administração e de supervisão)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, à semelhança do que sucedeu em 2021, os membros do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração.

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

5.2 Saldos e transações com entidades relacionadas

Os principais saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

5.2.1. Saldos:

(Valores em euros)

Entidade	Ano 2022		Ano 2021	
	Saldo Dev.	Saldo Cre.	Saldo Dev.	Saldo Cre.
AMAGRA (fornecedor) (1)		4.192,50		4.192,50
AMAGRA (cliente)		0,00		0,00
SUMA, S.A.		0,00		0,00
	0,00	4.192,50	0,00	4.192,50

(1) O saldo de ambos os anos refere-se a um mês de renda.

Handwritten signatures and initials: "h.c.", "Nob", and other illegible marks.

5.2.2 Transações

Entidade	Rubricas	Exercício	
		2022	2021
AMAGRA	Aquisição de Serviços (1)	40.902,48	40.902,48
AMAGRA	Prestação de Serviços	421,60	402,36
SUMA	Aquisição de Serviços	0,00	0,00
TOTAL		41.324,08	41.304,84

(1) 12 rendas (ano)

6. Ativos intangíveis

a) Vidas úteis, métodos de amortização e taxas usadas

Os elementos dos ativos intangíveis têm vidas úteis finitas e são amortizados pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado.

a) Movimentos ocorridos nos ativos intangíveis e respetivas depreciações

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e 2022, foi o seguinte:

	2021					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	
Ativo intangível:						
Programas de computador	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Investimentos em curso	29.231,70	4.248,46	0,00	0,00	0,00	33.480,16
	48.843,27	4.248,46	0,00	0,00	0,00	53.091,73
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Valor líquido						33.480,16

Handwritten signatures and initials:
F
R
G
NH

	2022					
	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2022
Ativo intangível:						
Programas de computador	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
Investimentos em curso	33.480,16	42.001,01	0,00	0,00	0,00	75.481,17
	53.091,73	42.001,01	0,00	0,00	0,00	95.092,74
Depreciações acumuladas						
Programas de computador	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	19.611,57	0,00	0,00	0,00	0,00	19.611,57
	Valor líquido					75.481,17

Os valores incluídos na rubrica de "Investimentos em Curso" referem-se a:

Ativo intangível em curso

		(Valores em euros)
RUBRICAS		Valor
AMBILITAL ZERO (POSEUR-03)		75.481,17
Total		75.481,17

Os saldos do comparativo a 31 de dezembro de 2021 foram reexpressos para incluir o reconhecimento destes saldos como Ativos Intangíveis em curso, anteriormente incorretamente classificados como Ativos Fixos Tangíveis em curso.

7. Ativos fixos tangíveis

a) Bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Handwritten signatures and initials

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

b) Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usados

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 25
Equipamento básico	8 - 14
Equipamento de transporte	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	8 - 12

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda / abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data daquela operação, sendo registadas na demonstração dos resultados, nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

Handwritten signatures and initials: F, R, ML, NA

c) Movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2022 e de 2021 foi o seguinte:

	2021					
	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2021
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	9.085.350,94	9.900,00	0,00	0,00	0,00	9.095.250,94
Equipamento básico	12.847.066,35	222.588,20	-50.750,00	0,00	0,00	13.018.904,55
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	152.515,41	406,50	0,00	0,00	0,00	152.921,91
Outros activos fixos tangíveis	244.771,77	0,00	0,00	0,00	0,00	244.771,77
Investimentos em curso	5.530.046,81	5.159.219,57	0,00	0,00	0,00	10.689.266,38
	28.129.932,47	5.392.114,27	-50.750,00	0,00	0,00	33.471.296,74
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	4.849.178,94	464.193,60	0,00	0,00	0,00	5.313.372,54
Equipamento básico	11.572.263,06	429.496,11	-50.750,00	0,00	0,00	11.951.009,17
Equipamento de transporte	18.181,20	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,20
Equipamento administrativo	148.733,76	5.466,49	0,00	0,00	0,00	154.200,25
Outros activos fixos tangíveis	242.227,77	1.878,41	0,00	0,00	0,00	244.106,18
	16.830.584,73	901.034,61	-50.750,00	0,00	0,00	17.680.869,34
						Valor líquido
						15.790.427,40

	2021					
	Saldo em 01/01/2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2021
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	9.085.350,94	9.900,00	0,00	0,00	0,00	9.095.250,94
Equipamento básico	12.847.066,35	222.588,20	-50.750,00	0,00	0,00	13.018.904,55
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	152.515,41	406,50	0,00	0,00	0,00	152.921,91
Outros activos fixos tangíveis	244.771,77	0,00	0,00	0,00	0,00	244.771,77
Investimentos em curso	5.500.815,11	5.154.971,11	0,00	0,00	0,00	10.655.786,22
	28.100.700,77	5.387.865,81	-50.750,00	0,00	0,00	33.437.816,58
Depreciações acumuladas						

Edifícios e outras construções	4.849.178,94	464.193,60	0,00	0,00	0,00	5.313.372,54
Equipamento básico	11.572.263,06	429.496,11	-50.750,00	0,00	0,00	11.951.009,17
Equipamento de transporte	18.181,20	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,20
Equipamento administrativo	148.733,76	5.466,49	0,00	0,00	0,00	154.200,25
Outros activos fixos tangíveis	242.227,77	1.878,41	0,00	0,00	0,00	244.106,18
	16.830.584,73	901.034,61	-50.750,00	0,00	0,00	17.680.869,34

Valor líquido **15.756.947,24**

2022

	Saldo em 01/01/2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Revalor.	Saldo em 31/12/2022
Activo fixo tangível:						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e outras construções	9.095.250,94	0,00	0,00	0,00	0,00	9.095.250,94
Equipamento básico	13.018.904,55	328.462,57	-67.000,00	0,00	0,00	13.280.367,12
Equipamento de transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	152.921,91	1.813,33	0,00	0,00	0,00	154.735,24
Outros activos fixos tangíveis	244.771,77	0,00	0,00	0,00	0,00	244.771,77
Investimentos em curso	10.655.786,22	2.675.297,14	0,00	0,00	0,00	13.331.083,36
	33.437.816,58	3.005.573,04	-67.000,00	0,00	0,00	36.376.389,62

Depreciações acumuladas

Edifícios e outras construções	5.313.372,54	464.837,52	0,00	0,00	0,00	5.778.210,06
Equipamento básico	11.951.009,17	389.199,66	-57.694,72	0,00	0,00	12.282.514,11
Equipamento de transporte	18.181,20	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,20
Equipamento administrativo	154.200,25	4.950,84	0,00	0,00	0,00	159.151,09
Outros activos fixos tangíveis	244.106,18	295,98	0,00	0,00	0,00	244.402,16
	17.680.869,34	859.284,00	-57.694,72	0,00	0,00	18.482.458,62

fo
ni
NBM

Valor líquido **17.893.931,00**

Os valores incluídos na rubrica de "Investimentos em Curso" referem-se às seguintes rubricas:

Ativo fixo tangível em curso

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Queimador e Rede de Biogás	198.000,00
CVE	143.562,00
AMPLIAÇÃO UTM (POSEUR)	4.282.049,67
Armazém secagem CDR	3.891.935,86
EQUIPAMENTO BÁSICO (POSEUR)	3.465.510,56
Ampliação da UTMB - Biorresíduos	1.330.105,27
FUNDO AMBIENTAL - APOIO ESTUDO BIORRESIDUOS	19.920,00
Total	13.331.083,36

Como já referido no ponto 6, os saldos do comparativo a 31 de dezembro de 2021 foram reexpressos para incluir o reconhecimento dos saldos pertinentes ao projeto denominado "AMBILITAL ZERO (POSEUR-03)" como Ativos Intangíveis em curso, anteriormente incorretamente classificados como Ativos Fixos Tangíveis em curso.

8. Investimentos financeiros

Os depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano, a 31 de dezembro de 2022 e de 2021, apresentam a seguinte liquidez:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
Depósito a prazo 2017	2.332.500,00	0,00	-812.500,00	1.520.000,00
Depósito a prazo 2018	1.520.000,00	0,00	-620.535,39	899.464,61
Depósito a prazo 2018	899.464,61	0,00	0,00	899.464,61
Depósito a prazo 2020	899.464,61	816.964,61	-816.964,61	899.464,61
Depósito a prazo 2021	899.464,61	0,00	0,00	899.464,61
Depósito a prazo 2022	899.464,61	0,00	0,00	899.464,61
FCT 2022	8.018,71	1.086,51	0,00	9.105,22
TOTAL de aplicações	907.483,32	1.086,51	0,00	908.569,83

Embora, individualmente, as aplicações financeiras tenham uma maturidade inferior a 12 meses e, como tal, sem outros condicionalismos, o saldo total deveria ser apresentado no ativo corrente, tratando-se de um fundo constituído para fazer face aos encargos com o encerramento e monitorização do aterro durante 30 anos o saldo está apresentado no ativo não

Handwritten signatures and initials: "mi" and "Nob"

corrente por ser esse o melhor enquadramento em função da sua maturidade, asserção que é sustentada pela característica qualitativa da “substância sobre a forma”.

9. Custos de empréstimos obtidos

a) Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o princípio do acréscimo (ver nota 22). Em 2022 não existiam empréstimos pelo que não existiram custos de empréstimos obtidos.

10. Imparidade de ativos

a) Quantia de perdas e reversões de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período

Imparidades Acumuladas	31/dez/22	31/dez/21
Cientes		
Saldo a 1 de Janeiro	64.985,93	63.415,65
Perdas	0,00	1.570,28
Reversões	-33,82	0,00
Regularizações	0,00	0,00
Saldo a 31 de Dezembro	64.952,11	64.985,93

No presente período, foram revertidos 33,82 euros referente a uma imparidade criada em períodos anteriores.

11. Inventários

a) Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usadas

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo médio de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação). O método de custeio usado é o custo médio ponderado.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor entre o custo médio de aquisição ou de realização.

b) Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava a seguinte composição:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Matérias primas subsidiárias e de consumo	15.376,99	20.401,87
	15.376,99	20.401,87

Handwritten signatures and initials: f, p, h, N, B

Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	15.376,99	20.401,87

c) Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o custo das vendas evoluiu da seguinte forma:

	2022			2021		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	20.401,87	0,00	20.401,87	11.036,28	0,00	11.036,28
Regularizações (quebra)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	501.378,82	0,00	501.378,82	409.314,18	0,00	409.314,18
Saldo final em 31 de Dezembro	15.376,99	0,00	15.376,99	20.401,87	0,00	20.401,87
Custo de vendas	506.403,70	0,00	506.403,70	399.948,59	0,00	399.948,59

12. Rédito

a) Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

Tal como descrito na nota 3 deste anexo, o rédito de vendas e prestações de serviços é registado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos. O rédito de juros provenientes da aplicação de dinheiro é reconhecido utilizando o método do juro efetivo.

b) Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período

As vendas, prestações de serviços e juros nos períodos de 2022 e de 2021 foram como segue:

	2022			2021		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	1.484.219,83	0,00	1.484.219,83	1.324.221,28	0,00	1.324.221,28
Prestação de serviços	2.817.696,95	0,00	2.817.696,95	3.519.049,92	0,00	3.519.049,92
	4.301.916,78	0,00	4.301.916,78	4.843.271,20	0,00	4.843.271,20
Juros	14,08	0,00	14,08	454,45	0,00	454,45

fe
NA

Assim como mencionado na nota 3 deste anexo, em 2022 foi alterada a política de reconhecimento do rédito no que se refere ao reconhecimento dos rendimentos relacionados com a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR), regida pelo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RRGR), publicado pelo Decreto-Lei 102-D/2021, de 10 de dezembro, que revogou o Decreto-Lei 178/2016. A TGR é uma obrigação da Ambilital, paga à entidade reguladora APA (Agência Portuguesa do Ambiente). O seu valor é repercutido aos clientes na faturação dos serviços prestados. Para a interpretação das fontes de rédito nas demonstrações financeiras não seja indutora de erro, foi decidido que os valores cobrados relativos à TGR serão classificados como "outros rendimentos e ganhos". Nesta conformidade, os valores das vendas e serviços prestados no comparativo de 2021 foram reexpressos em consistência com esta alteração. O valor da TGR faturada pela Ambilital aos clientes atingiu 1.355.721,18 euros em 2022, e 1.055.544,93 euros em 2021.

13. Provisões e passivos contingentes

Conforme é referido na nota 3, a Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REVERSÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	0,00	0,00	0,00	0,00
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	275.427,27	0,00	-27.472,00	247.955,27
Total	275.427,27	0,00	-27.472,00	247.955,27

Em 2022 foram executados trabalhos de selagem do aterro cujos gastos foram compensados pela redução da provisão constituída para o efeito, no valor de 27.472,00 euros

Passivos Contingentes

No âmbito de um contrato de construção celebrado entre a ACORIL e a AMBILITAL, a primeira prestou vários serviços de construção à segunda, cuja faturação cedeu à Caixa Leasing e Factoring (CLF). Por força da referida cedência, a AMBILITAL pagava à CLF as faturas emitidas pela ACORIL. Com a insolvência da ACORIL, a AMBILITAL, por exigência do administrador da Insolvência, pagou as faturas em dívida, e que ainda não tinham sido pagas à CLF, à Massa insolvente. Em 15/01/13, a CLF veio reivindicar o pagamento das respetivas faturas cedidas e não pagas pela Empresa, no montante de 1.504.540€, mais juros, processo em que a Empresa foi absolvida (1ª instância) pelo fato do tribunal se ter declarado incompetente para julgar a ação.

Handwritten notes:
f
E
h
NA

A CLF recorreu para o TAF Lisboa (proc. 1604/14.0BELSB) com uma ação de igual valor com juros incluídos (2.566.733,90€). Segundo informação prestada pelo jurista, reportada à situação em 31/12/18, o Tribunal acha-se, também, incompetente para decidir a ação. As partes pronunciaram-se, sendo o último requerimento datado de 7/3/16. A CLF recorreu para o Tribunal de Conflitos (TCAS) e por Despacho do Juiz Desembargador, proferido a 29/11/2018, este Tribunal de recurso manteve que a competência para julgar é da 1ª instância (ver parágrafo anterior).

O processo tramitou para a 1ª Instância do TAFL que admitiu a intervenção provocada da massa insolvente da Acoril, requerida pela Ambital, tendo sido já realizada a Audiência Prévis, aguardando-se, à data, o Despacho Saneador-Sentença.

A ação intentada pela Ambital contra a Massa insolvente, em 29/01/15 (proc. 784/06.2TYLSB-CS), no valor das faturas pagas e juros vencidos e vincendos (1.478.007,79€), no sentido de se salvaguardar em relação aos pagamentos já efetuados, foi julgada improcedente e absolvida a Ré, em conformidade com o Despacho Saneador- Sentença proferido pelo Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, em 08/03/2022

(divulgações confirmadas pela informação disponibilizada pelo jurista da Empresa, no âmbito da prestação das contas de 2022)

A Empresa não constitui provisão para processo porque a exigência de pagamento à massa insolvente é de obrigatoriedade legal, nos termos do CIRE. Além disso, na atual situação do processo que corre contra a Empresa, descrita acima, não estão reunidas as condições normativas necessárias à constituição da provisão.

13.2 A Ambital é ainda Credora do valor de 22 969,33 euros, referente a venda de metais ao devedor Batistas – Reciclagem de Sucatas, S.A., no Processo Especial de Revitalização referente ao Processo n.º 2710/20.7T8VFX – Juízo de Vila Franca de Xira – Juiz 1. Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte.

A Sociedade consta assim da Lista Provisória de Credores, Artigo 17-D n.º 2 CIRE.

Após reunião de credoras foi proferida sentença de não homologação do PER, remetendo-se os autos para a insolvência. Em 2020, foi constituída uma perda por imparidade relativa à dívida deste cliente no valor total da dívida.

11.3 Tribunal Judicial da Comarca de Setúbal Processo: 1303/21.6T8STB, Juízo de Comércio de Setúbal - Juiz 2.

Ambital é credora nestes autos de insolvência em que é devedora a Glowode Industrias SA no valor de € 1798,62. Aguarda-se aprovação do plano insolvência.

Foi constituída perda de imparidade no valor total da dívida.

Handwritten initials and marks: "NL", "X", "P", "NL".

14. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

a) Política contabilística adoptada para os subsídios e outros apoios de entidades públicas, incluindo os métodos de apresentação adotados nas Demonstrações Financeiras

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos. No exercício não houve subsídios desta natureza.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, são registados no capital próprio e reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

b) Natureza e extensão dos subsídios e outros apoios de entidades públicas reconhecidos nas Demonstrações Financeiras

Em 31.12.2022, o saldo da conta “Outras variações no capital próprio”, no total de 9.865.330,34 €, comporta o remanescente dos incentivos ao investimento ainda não transferidos para resultados e recebidos no âmbito dos programas de apoio (12.729.458,34 €), deduzido dos respetivos ajustamentos em subsídios (2.864.128,00 €).

As transferências para “Outros rendimentos e ganhos” das quotas-partes dos subsídios correspondentes às depreciações dos bens subsidiados no âmbito destes incentivos foram:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Imputação de Subsídios ao investimento	<u>354.659,48</u>	<u>388.148,36</u>
	<u>354.659,48</u>	<u>388.148,36</u>

Ao longo de mais de 20 anos de atividade, a AMBILITAL realizou vários projetos que foram alvo de candidaturas a fundos comunitários.

Três projetos foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), um projeto foi apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) e oito projetos aprovados pela CCCR - Alentejo no âmbito do PORA / Inalentejo, os quais já se encontram em funcionamento:

[Handwritten signatures and initials]

- a) Projeto de investimento “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro”;
- b) Projeto de investimento “Construção/adaptação da ETAL”;
- c) Projeto de investimento “Sistema de Monitorização de Ecopontos” que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB's”;
- d) Projeto de investimento “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos”;
- e) Projeto “Produção de Combustível Derivado do Resíduo”;
- f) Ecocentro de Sines;
- g) Automatização da Linha de Triagem;
- h) Otimização da Recolha seletiva;
- i) Aproveitamento do Biogás;
- j) Sistema de Recolha de óleos usados;
- k) Otimização da rede de recolha seletiva de vidro e implementação de rede de recolha seletiva de rolhas de cortiça;
- l) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

Todos estes projetos de investimento encontram-se totalmente realizados e integralmente pagos pelas entidades cofinanciadoras. Para todos os projetos foram assinados contratos-programa ou contratos de participação financeira. Para o projeto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDR e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projeto que diz respeito aos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respetivos subsídios e depreciações do projeto são apresentados na tabela da página seguinte:



Handwritten signatures and initials: J, P, ML, Nat

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Depreciações acumuladas em 31-12-22	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2022	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1.610.648,90	1.205.867,75	628.347,15	52,11%	89.763,88	7,44%	895.617,03	22.025,60	579.956,60
Equipamentos C.Triagem e Edif. Administ.		674.509,63	472.156,74	70,00%	67.450,96	10,00%	674.509,63	0,00	539.607,70
Adapt.de ETL's e construção 2 ERA R's	2.252.000,00	1.823.491,71	1.094.483,72	60,02%	156.354,82	8,57%	1.572.761,60	62.541,93	1.078.848,24
Equipamentos das ETL's e ERA R's		369.897,09	164.982,57	44,60%	23.568,94	6,37%	369.897,09	0,00	188.551,51
Ecopontos	596.416,25	418.305,00	292.687,50	69,97%	41.812,50	10,00%	418.305,00	0,00	334.500,00
Viatura Multifunções		53.600,00	37.520,00	70,00%	5.360,00	10,00%	53.600,00	0,00	42.880,00
Viaturas	1.088.692,44	1.039.468,30	727.627,81	70,00%	103.946,83	10,00%	1.039.468,30	0,00	831.574,64
Campanha de sensibilização	204.059,29	221.949,95	142.841,50	64,36%	20.405,93	9,19%	221.949,95	0,00	163.247,43
Fiscalização	87.112,26	53.695,54	35.533,75	66,18%	5.076,25	9,45%	46.669,08	2.030,50	35.291,80
Estudo Económico/Financeiro	107.000,00	8.400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24.000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94.500,00	94.500,00	66.150,00	70,00%	-	-	94.500,00	0,00	66.150,00
Carrião articulado	170.600,00	170.600,00	119.420,00	70,00%	-	-	170.600,00	0,00	119.420,00
Contentores	21.750,00	21.750,00	15.225,00	70,00%	-	-	21.750,00	0,00	15.225,00
Queimador de Biogás	69.690,00	69.690,00	48.783,00	70,00%	-	-	69.690,00	0,00	48.783,00
Pã de Rastos	167.000,00	167.000,00	116.900,00	70,00%	-	-	167.000,00	0,00	116.900,00
Compressor	1.470,00	1.470,00	1.029,00	70,00%	-	-	1.470,00	0,00	1.029,00
Abrigo Sombreador	1.500,00	1.500,00	1.050,00	70,00%	-	-	1.500,00	0,00	1.050,00
Telas para Abrigo sombreador	1.086,25	1.086,25	760,38	70,00%	-	-	1.086,25	0,00	760,38
	6.473.525,39	6.420.781,22	3.965.498,13	-	513.740,11	-	5.852.773,94	86.598,03	4.163.775,30

Notas:

- A rubrica do investimento "Fiscalização" foi, em termos de Imobilizado, incluída nas rubricas "C.Triagem e Edif. Administrativo" e "Adapt.de ETL's e construção 2 ERA R's", ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas últimas.
- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empreitadas) e na rubrica "fiscalização" foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERA R's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuada o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às depreciações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.
- Em 2011 a rubrica das viaturas foi corrigida no valor do subsídio transferido para o resultado do período e daí o valor negativo apresentado

O valor total da participação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projeto "Construção/adaptação da ETAL" foram aprovadas participações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projeto entrou em funcionamento em junho de 2008 e os valores do Investimento, respetivos subsídios e depreciações são os seguintes:

Handwritten signatures and initials: J, R, h, N, M

(Valores em euros)

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Depreciações acumuladas	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2022	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750.000,00	749.959,86	513.439,26	68,46%	73.348,47	9,78%	749.959,86	0,00	586.787,73
	750.000,00	749.959,86	513.439,26	-	73.348,47	-	749.959,86	0,00	586.787,73

O valor total da comparticipação aprovada, no valor de **586.787,73 euros** encontra-se totalmente liquidada e a respetiva transferência para resultados totalmente executada.

Para o projeto "Sistema de Monitorização de Ecopontos" foi aprovada uma comparticipação de 50% por parte da CCDR. O projeto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respetivos subsídios e depreciações são os seguintes:

(Valores em euros)

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Depreciações acumuladas em 31-12-19	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2019	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32.462,00	24.029,34	12.014,67	50,00%	24.029,34	0,00	12.014,67
Equipamento para georeferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15.667,78	18.572,05	9.286,03	50,00%	18.572,05	0,00	9.286,03
Software de gestão de resíduos (1)	14.650,00	13.250,00	6.625,00	50,00%	13.250,00	0,00	6.625,00
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165.000,00	154.000,00	77.000,00	50,00%	154.000,00	0,00	77.000,00
Contentores de 240 L e de 120 L	50.738,00	36.900,00	18.450,00	50,00%	36.900,00	0,00	18.450,00
Contentores de ecopontos	39.000,00	42.490,00	21.245,00	50,00%	42.490,00	0,00	21.245,00
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300.000,00	298.500,00	149.250,00	50,00%	298.500,00	0,00	149.250,00
Campanha de sensibilização	31.800,00	25.382,00	12.691,00	50,00%	25.382,00	0,00	12.691,00
	649.317,78	613.123,39	306.561,70	-	613.123,39	0,00	306.561,70

A comparticipação aprovada no valor de **306.561,70 euros** encontra-se totalmente liquidada e a respetiva transferência para resultados totalmente executada.

O projeto "Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos" aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, contempla um valor de investimento elegível de **5.131.205,64 €** e um montante total da comparticipação de **4.361.524,80 €**.

Para o projeto, em apreço, apresenta-se os respetivos subsídios e depreciações

J P
h.c. N.P.

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Taxa compartic.	Depreciações Acumuladas em 31/12/2022	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2022	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (FUNGISTEEL)	17.100,00 €	17.100,00 €	85,00%	9.120,00 €	726,75 €	7.751,95 €
PROJECTOS DE EXECUÇÃO (F EMPREITADA)	4.980,00 €	4.980,00 €	85,00%	2.656,00 €	211,65 €	2.257,65 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA (IRM)	2.072.069,20 €	2.072.069,20 €	85,00%	1.105.103,46 €	88.062,94 €	939.338,07 €
TRABALHOS DA EMPRESA METROCOMPOST PARA FUNCIONAMENTO DA UTM	2.792.592,44 €	2.792.592,44 €	85,00%	2.792.592,13 €	0,00 €	2.373.703,71 €
EMPILHADOR	73.700,00 €	73.700,00 €	85,00%	73.670,41 €	0,00 €	62.620,00 €
VIATURA MERCEDES - BENZ 29-JB-59	127.500,00 €	127.500,00 €	85,00%	127.500,00 €	3.612,50 €	108.374,97 €
CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO (foi registado diretamente em gastos)	43.264,00 €	43.264,00 €	85,00%	0,00 €	0,00 €	36.774,38 €
TOTAIS	5.131.205,64 €	5.131.205,64 €	-	4.110.642,00 €	92.613,84 €	3.530.820,73 €

A comparticipação aprovada no valor de **4.361.524,80** euros encontra-se totalmente liquidada.

As últimas oito candidaturas encontram-se totalmente executadas. Os valores do investimento, respetivos subsídios e depreciações são os seguintes:

(Valores em euros)

Projeto	Rubrica da candidatura	Valor Aprovado	Valor do Investimento	Subsídios Contratados		Depreciações acumuladas em 31-12-22	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2022	Subsídio transferido para o resultado - acumulado
				FEDER	%			
Recolha óleos	Viatura recolha óleos 94-JN-56	39.448,83	39.448,83	23.937,55	60,68%	39.448,81	0,00	23.937,54
Recolha óleos	Oleão EcoBox PF 360	41.625,00	41.625,00	25.258,05	60,68%	41.625,00	0,00	25.258,06
Recolha óleos	Depósitos p/ óleos alimentares c/ tampa 30 Lt	2.520,00	2.520,00	1.529,14	60,68%	2.520,00	0,00	1.529,13
Triagem automática	Equipamentos sistema triagem automática	694.500,00	735.000,00	395.865,00	53,86%	735.000,00	0,00	395.864,99
Rede de Biogás	Rede de Biogás	192.350,00	192.350,00	149.513,66	77,73%	134.244,06	9.344,60	104.347,96
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	Viatura 96-ML-87	109.000,00	109.000,00	69.836,30	64,07%	108.999,76	58,197	69.836,19
Ecocentro de Sines	Viatura Iveco 93-MN-84	100.495,00	100.495,00	60.166,36	59,87%	100.495,12	1.504,16	60.166,40
Ecocentro de Sines Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Trabalhos de Construção Civil	308.184,89	312.057,04	184.510,28	59,13%	156.028,66	9.225,51	92.255,19
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-51	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	169.899,80	13.911,50	139.114,85
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Viatura Volvo 93-NG-52	169.900,00	169.900,00	139.114,99	81,88%	169.899,80	13.911,50	139.114,85
Ecocentro de Sines	1 Bâscula	14.240,00	14.240,00	8.525,49	59,87%	14.239,80	0,00	8.525,41
Ecocentro de Sines	2 prensas com tramonha	50.975,00	50.975,00	30.518,73	59,87%	50.975,03	0,00	30.518,73
Ecocentro de Sines	9 contentores abertos de 30 m³	33.975,00	33.975,00	20.340,83	59,87%	33.965,14	0,00	20.336,12
Ecocentro de Sines	2 contentores fechados de 30 m³	9.550,00	9.550,00	5.717,59	59,87%	9.547,57	0,00	5.716,39
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	200 contentores para deposição de rolhas de cortiça	9.000,00	9.000,00	7.369,25	81,88%	9.000,00	0,00	7.369,25
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	100 contentores para deposição de embalagens de vidro	44.700,00	44.440,32	36.387,96	81,88%	44.440,32	0,00	36.387,96
Op. Recolha Seletiva + recolha de rolhas	Construção Civil Ecocentro p/ fluxo de vidro	198.734,15	198.734,87	162.725,12	81,88%	94.398,96	8.136,26	77.294,37
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	150 Ecopontos	189.599,65	189.599,65	121.476,50	64,07%	189.599,65	0,00	121.464,34
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	Veículo lavagem de ecopontos	83.000,00	83.000,00	53.178,10	64,07%	78.850,18	5.317,81	50.519,27
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	5 Prensas fixas	54.650,00	54.650,00	35.014,26	64,07%	51.917,68	3.501,43	33.263,61
Otimização das Redes de Recolha Seletiva	6 Contentores fechados de 30 m³	27.600,00	27.600,00	17.683,32	64,07%	27.592,90	0,00	17.679,79
Zona Triagem automática	Construção de zona Triagem automática	294.956,99	294.956,99	211.910,63	71,84%	117.982,89	10.595,53	84.764,25
		2.838.904,51	2.883.017,70	1.899.694,08	-	2.380.671,12	76.030,27	1.545.264,65

As comparticipações financeiras aprovadas no valor total de **1.899.694,08** euros encontram-se totalmente liquidadas.

Handwritten notes:
fnc-
Nol

O projeto “Produção de Combustível Derivado do Resíduo” aprovado no âmbito do POVT – Programa Operacional de Valorização do Território (QREN), prevê um investimento elegível de **1.250.095,45 euros** e foi-lhe atribuída uma comparticipação de **1.062.581,11 euros**.

Para o projeto em apreço apresentam-se os respetivos subsídios e depreciações:

(Valores em euros)

Descrição	Valor do Ativo Imobilizado	Aprovado/Elegível	Depreciações Acumuladas em 31/12/2022	Subsídio transferido para o resultado do exercício de 2022	Subsídio transferido para o resultado acumulado
FISCALIZAÇÃO EMPREITADA (A. Cordeiro)	4.350,00	4.350,00 €	1.776,74 €	84,93 €	1510,23 €
EXECUÇÃO DE PROJETO PARA CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE	19.990,00	19.990,00 €	8.162,42 €	849,56 €	6.938,05 €
TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EDIFICAÇÃO DE ESTRUTURA	206.976,95	206.976,95 €	84.514,92 €	8.796,48 €	71837,68 €
TRABALHOS DA EMPRESA ELECTROGRANDA	68.928,50 €	68.928,50 €	68.928,96 €	6.103,09 €	58.589,62 €
MITUBISHI CATER DUONIC COM GRUA E GARRA 79-OE-72	66.500,00 €	66.500,00 €	54.308,66 €	5.652,53 €	46.162,36 €
CHASSIS DE CARGA VOLVO - 22-OE-44	108.000,00 €	108.000,00 €	88.200,00 €	9.160,00 €	74.970,00 €
FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO - PLASMAQ	682.350,00 €	682.350,00 €	682.349,90 €	60.416,39 €	579.997,42 €
FORNECIMENTO E ADAPTAÇÃO SISTEMA DE TRATAMENTO - PLASMAQ	93.000,00 €	93.000,00 €	93.000,14 €	8.234,38 €	79.050,12 €
TOTAIS	1.250.095,45 €	1.250.095,45 €	1.081.241,74 €	99.417,34 €	919.055,49 €

A comparticipação aprovada no valor de **1.062.581,11 euros** encontra-se totalmente liquidada.

Em 2015, a AMBILITAL elaborou e submeteu duas candidaturas adicionais. Essas candidaturas, apresentadas no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020 e cujo investimento se encontra em curso, foram aprovadas em outubro de 2017 com as seguintes condições:

- Candidatura “Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos”, com um investimento elegível de 4.995.901,11 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado a 21 de novembro de 2017;
- Candidatura “Otimização e ampliação da rede de recolha seletiva”, com um investimento elegível de 4.007.215,44 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em 21 de novembro de 2017.

Em 2017, a AMBILITAL elaborou e submeteu uma nova candidatura que foi aprovada em 29 de janeiro de 2019, apresentada no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020 e cujo investimento se encontra em curso. Este projeto apresenta as seguintes características:

- Candidatura “Ambital Zero”, com um investimento elegível de 95.856,06 euros, cofinanciada a 85% e cujo Termo de Aceitação foi assinado em fevereiro de 2018.

Em 2019 apresentou as seguintes candidaturas:

- Apresentou ao POSEUR a candidatura *Sistema de secagem de CDR com a ampliação/otimização da unidade*, cujo investimento ronda os 4 000 000,00 euros, (financiada a 85% no âmbito do POSEUR – PORTUGAL 2020)

Handwritten initials and marks in the top right corner.

e que se destina à secagem de CDR permitindo o seu encaminhamento para valorização e consequente desvio de aterro. Otimiza-se ainda a atual unidade para garantir o nível de preparação de CDR acima referido;

- b) Apresentou uma reprogramação física, financeira e temporal da candidatura Ampliação e otimização da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e Unidade de Combustível Derivado de Resíduos, com vista à obtenção de tempo para execução da mesma e financiamento para alteração/melhorias do sistema de controlo de qualidade da UTM.

15. Imposto sobre o rendimento

a) Principais componentes de gastos de impostos

A estimativa de imposto corrente é de 139.601,08 euros em 2022 e foi de 78.051,21 euros em 2021 e inclui o IRC derivado da aplicação da taxa de 21%, as tributações autónomas e a derrama.

b) Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa se encontra fixada em 1,5%, bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente.

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos		2022			2021				
		Base	Imposto	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)	Resultado líquido do período	1	-	438.451,15			251.270,22		
	Gastos/(rendimentos) de impostos	2	-	139.601,08			78.051,21		
	Resultado antes de impostos	3 = 1 + 2	3	578.052,23		-	329.321,43		-
Ajustamentos para o lucro tributável (Diferenças definitivas)	A acrescentar		4	35.423,48			9.684,86		
	A deduzir		5	-			-		
	A acrescentar		6						
	A deduzir		7						
Lucro/(Prejuízo fiscal)		8 = 3 + 4 - 5 + 6 - 7		613.475,71	21,00%	-	339.006,29	21,00%	-
Dedução de perdas fiscais		9				-			-
Matéria coletável / coleta		10 = 8 - 9		613.475,71	21,00%	128.829,90	339.006,29	21,00%	71.191,32
Benefícios Fiscais		11				-			-
IRC Liquidado		12 = 10 - 11		613.475,71	21,00%	128.829,90	339.006,29	21,00%	71.191,32
Outras componentes do imposto	Tributação autónoma	13		-	27,50%	-	-	27,50%	-
				15.690,45	10,00%	1.569,04	17.747,97	10,00%	1.774,80
	Derrama	14		-	5,00%	-	-	5,00%	-
				613.475,71	1,50%	9.202,14	339.006,29	1,50%	5.085,09
Imposto corrente		3	15 = 12 + 13 + 14			139.601,08			78.051,21
Gastos/(rendimentos) de impostos e taxa efetiva média		3		578.052,23	24,15%	139.601,08	329.321,43	23,70%	78.051,21

Handwritten signatures and initials:
F. hi
NGA

16. Instrumentos financeiros

a) Cientes

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	2022	2021
	Ativo	Ativo
Cientes		
Cientes conta corrente	716.715,79	616.076,95
Cientes títulos a receber	0,00	0,00
Cientes letras descontadas	0,00	0,00
Cientes de cobrança duvidosa	64.952,12	64.985,93
	781.667,91	681.062,88
Perdas por imparidade acumuladas	-64.952,12	-64.985,93
	716.715,79	616.076,95

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a decomposição da rubrica de Clientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
LUIS MANUEL RAPOSO GONÇALVES	1.466,37
ACORIL EMPREITEIROS SA	34.819,74
ANTORGIL LDA	351,20
MILRAMOS	25,26
COMFRATONIO CONSTRUÇÕES, LDA	13,53
OLIVO	20,35
YAROSCAR SHEHERBJAX	270,24
MAQUISUSI, LDA	775,07
ENERSOPRO, LDA	536,24
DIESELBASE ENERGIAS RENOVÁVEIS	1322,88
MARIA ESTRELLA	1269,18
BATISTAS	22.511,78
GLOWOOD - INDUSTRA, SA	1.570,28
TOTAL	64.952,12

b) Outros créditos a receber

Tal como mencionado na nota 3 deste anexo, as dívidas de terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, e apresentados

Handwritten initials and signature

no balanço deduzidos das perdas por imparidade que lhes estejam associados, de forma a refletir o justo valor no final do período.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outros créditos a receber” tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Corrente/ Não Corrente</u>	<u>Corrente/ Não Corrente</u>
Pessoal	0,00	0,00
Fornecedores	3.262,49	1.981,17
Subsídios (entidades gestoras)	0,00	0,00
Devedores por acréscimo de rendimentos	8,76	415,48
Devedores pedidos pagamento candidaturas	508.583,11	176.617,64
Outros	0,00	2.281,56
	<u>511.854,36</u>	<u>181.295,85</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
	<u>511.854,36</u>	<u>181.295,85</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não ocorreram movimentos na rubrica “Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores”.

c) Diferimentos

Em cumprimento do regime do acréscimo, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” ou “Diferimentos”.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos da rubrica “Diferimentos” foram como segue:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	11.378,30	15.933,58
	<u>11.378,30</u>	<u>15.933,58</u>
Diferimentos (Passivo)		
Operações de Selagem Aterro e Monitorização	816.964,61	816.964,61
Outros a reconhecer	0,00	0,00
	<u>816.964,61</u>	<u>816.964,61</u>

Os rendimentos a reconhecer (Diferimentos passivos) resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das atividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionados até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

of
mi
Not

d) Financiamentos obtidos

São inicialmente reconhecidos ao justo valor, que inclui os custos de transação atribuíveis à sua emissão, sendo subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro nominal, dado que a diferença de valor se calculados com base na taxa de juro efetiva não reveste relevância material, e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Os financiamentos são classificados como passivo corrente ou não-corrente, consoante o prazo estabelecido para o seu pagamento não é, ou é, superior a 12 meses após a data de encerramento.

Em 2019 os empréstimos foram totalmente amortizados e não foram contratados novos empréstimos pelo que não existem financiamentos obtidos.

e) Fornecedores

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, as dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Fornecedores” tinha a seguinte composição:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Fornecedores		
Fornecedores conta corrente	134.858,81	105.292,17
	134.858,81	105.292,17

f) Outras dívidas a pagar

Tal como comentado na nota 3 deste anexo, as dívidas a terceiros são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a rubrica “Outras dívidas a pagar”, evidenciada no passivo corrente e não corrente, tinha a seguinte composição:

	2022		2021
	Não corrente	Corrente e não corrente	Corrente e não corrente
Fornecedores de investimentos	0,00	18.627,51	149.089,58
Outros credores	0,00	24.588,08	35.223,36
Ajustamentos em subsídios	0,00	2.864.128,00	2.400.144,68
Credores por acréscimo de gastos	0,00	2.625.450,40	1.214.980,52
Clientes c/c	0,00	0,00	36,40
	0,00	5.532.793,99	3.799.474,54

g) Capital próprio

g.1) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por duas quotas, num total de 3.600.000 €.

g.2) Reserva Legal

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Os estatutos da empresa consideram uma dotação de 10% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal sendo que é nesta percentagem que a dotação tem sido efetuada.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado líquido de 2021 foi totalmente distribuído.

g.3) Outras Reservas) (reservas livres)

A reserva livre, cuja constituição foi decidida pelos sócios nas assembleias de aprovação de contas, pode ser utilizada livremente pelos mesmos.

A 31 de dezembro de 2022 a conta reservas livres tinha um saldo de 4.184.249,46 euros, e a 31 de dezembro de 2021 de 4.247.792,87 euros. Tendo em conta os acordos estabelecidos ao nível societário, os 63.543,41 euros movimentados no exercício de 2022 foram utilizados para distribuição aos sócios, decisão de acordo com deliberação em Assembleia Geral.

g.4) Resultados transitados

hi
F
NGH

Não houve movimentos em 2022 nos resultados transitados pelo que os saldos a 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

Explicação/Conta	561	5694	5695	5696	5698/9	TOTAL
Saldos Iniciais 2022	14.106,65	0,00	0,00	-12.691,00	0,00	1.415,65
Remensuração ao Justo Valor						0,00
Ajustamento depreciação acumulada						0,00
Transferência do montante dos Imp. Dif.						0,00
Saldos Finais 2022	14.106,65	0,00	0,00	-12.691,00	0,00	1.415,65

Valores positivos = Valor credor / Valores negativos = Valor devedor (valores em euros)

g.5) Outras variações de capital

A rubrica "Outras variações no capital próprio" refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Outras Variações do Capital Próprio	2022	2021	Variação 2022/2021
Subsídios Recicláveis 70% CCDR	271.666,70	347.439,98	-21,81%
Subsídios Recicláveis 10% INR	43.809,16	54.633,88	-19,81%
Subsídios RSU 70% CCDR	0,00	0,00	-
Subsídios UTM 70% POVT	830.704,58	923.318,42	-10,03%
Subsídios OVER 50% CCDR	0,00	0,00	-
Subsídios 57% CCDR - PORA	354.428,30	430.458,56	-17,66%
Subsídios 85% POVT - CDR	143.525,25	242.942,63	-40,92%
Subsídios 85% POSEUR FC 000004	3.636.551,07	3.550.082,45	2,44%
Subsídios 85% POSEUR FC 000002	2.945.683,95	2.772.288,81	6,25%
Subsídios 85% POSEUR FC 000112	70.459,14	28.458,13	147,59%
Subsídios 85% POSEUR FC 000237	3.299.662,48	2.317.687,49	42,37%
Subsídios 85% POSEUR FC 000343	1.132.967,71	0,00	-
Ajustamentos em subsídios	-2.864.128,00	-2.400.144,68	19,33%
Total	9.865.330,34	8.267.165,67	19,33%

h) Distribuição de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ascendente a 251.270,22 euros, foi totalmente distribuído aos sócios.

i) Contas de controlo de subsídios

ff
hi
NG

Para controlo dos subsídios a receber e dos subsídios a reconhecer no capital próprio, são utilizadas subcontas de devedores diversos (subsídios a receber) e credores diversos (subsídios a reconhecer) cujo saldo para efeitos de apresentação no balanço é compensado. São os seguintes os saldos devedores e credores na contabilidade a 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Rubrica	2022	2021
Devedores diversos	1.001.410,66 €	2.051.953,49 €
Credores diversos	- 492.827,55 €	- 1.875.335,85 €
Saldo	508.583,11 €	176.617,64 €

18. Acontecimentos após a data do balanço

a) Autorização para emissão:

As Demonstrações financeiras preparadas pelos serviços foram aprovadas e subscritas pelo Conselho de Administração na data mencionada no Relatório de Gestão.

b) Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço:

Após a data do Balanço, não foram recebidas quaisquer informações sobre factos suscetíveis de afetar as contas ou influenciar a sua apreciação.

19. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, a Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210º do Código Contributivo, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada.

20. Matérias ambientais

Handwritten signatures and initials: f, ni, Nat

Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respetivos ativos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)

Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Reversão da provisão 2018	-678.120,63
Reversão da provisão 2019	-247.620,74
Reversão da provisão 2022	-27.472,00
Total	1.064.919,88

(Valores em euros)

Activos para garantir a despesa	Valor
Deposito Bancário	816.964,61
Garantias a favor da CCDR	175.404,33
Total	992.368,94

21. Benefícios dos empregados

Os gastos com o pessoal, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, e o respetivo número, de colaboradores, ventilado por categorias, foram como segue:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Remunerações do pessoal	-1.033.326,66	-976.276,60
Seguro de ac. de trab. e doenças profissionais	-25.625,64	-22.974,54
Encargos sobre remunerações	-249.932,41	-235.058,58
Outros gastos com pessoal	-68.951,48	-76.221,98
	<u>-1.377.836,19</u>	<u>-1.310.531,70</u>

19
J. N. N. N. N.

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
	Nº colaboradores	Nº colaboradores
Directores	4	4
Encarregados	3	3
Administrativas	4	4
Cantoneiros/triadores	17	18
Operadores de Estação	8	8
Motoristas	19	21
Serralheiro/mecânico	1	1
TOTAL	56	59

22. Outras informações

a) Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica “Estado e outros entes públicos” no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	67.540,46	87.522,01
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	464.059,08	795.521,33
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>531.599,54</u>	<u>883.043,34</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	139.601,08	78.051,21
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	14.801,40	15.510,30
Segurança Social, CGA e ADSE	31.398,75	32.835,51
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>185.801,23</u>	<u>126.397,02</u>

b) Fornecimentos e serviços externos

J P
mi
NH

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Conservação e reparação	-653.550,84	-417.536,52
Electricidade	-142.382,56	-116.378,52
Trabalhos especializados	-134.860,96	-135.468,57
Serviços bancários	-2.973,76	-2.990,81
Seguros	-51.132,87	-40.112,95
Combustíveis	-94.948,21	-80.531,32
Óleos e lubrificantes	-18.138,29	-14.774,48
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	-9.695,16	-36.657,08
Despesas de representação	0,00	0,00
Comunicação	-16.612,82	-6.707,83
Rendas e alugueres	-64.769,62	-65.865,53
Deslocações e estadas	-9.049,34	-1.710,71
Publicidade e propaganda	-4.069,80	-912,00
Material de escritório	-5.430,77	-7.272,09
Honorários	-11.885,50	-9.160,00
Limpeza, higiene e conforto	-4.910,62	-8.188,32
Outros	-62.232,54	-23.025,80
	<u>-1.286.643,66</u>	<u>-967.292,53</u>

c) Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Taxa de Gestão de Resíduo	1.355.721,18	1.055.544,93
Descontos de pronto pagamento obtidos	47,48	0,00
Recuperação de dívidas a receber	33,82	0,00
Alienações / Sinistros	25.694,72	39.436,67
Correções relativas a períodos anteriores	2.089,18	14.658,36
Imputação do sub. para investimentos	354.659,48	388.148,36
Outros rendimentos e ganhos	0,02	0,11
Juros obtidos	14,08	454,45
	<u>1.738.259,96</u>	<u>1.498.242,88</u>

Assim como mencionado na nota 3 e 12 deste anexo, em 2022 foi alterada a política de reconhecimento do rédito no que se refere ao reconhecimento dos rendimentos relacionados com a Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) para a

J. N. N. N.

interpretação das fontes de rédito nas demonstrações financeiras não seja indutora de erro, foi decidido que os valores cobrados a clientes relativos à TGR serão classificados como rendimentos suplementares. Os valores dos comparativos das demonstrações financeiras foram reexpressas em consistência com esta alteração.

O valor da TGR faturada pela Ambital atingiu 1.355.721,18 euros em 2022, e 1.055.544,93 euros em 2021.

d) Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, foram como segue:

	<u>31/dez/22</u>	<u>31/dez/21</u>
Impostos e taxas	-1.398.150,03	-1.349.829,78
Perdas em Inventários	-1.966,64	-2.663,87
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	-11.550,00	-11.550,00
Correções relativas a períodos anteriores	-8.361,46	-8.054,87
Outros gastos e perdas	-39.400,83	-4.171,49
	<u>-1.459.428,96</u>	<u>-1.376.270,01</u>

23. Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **86.598,03 euros**;

b) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito dos projetos candidatados ao Inalentejo e que já se encontram em funcionamento foi de **76.030,27 euros**;

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Tratamento Mecânico por Compostagem, revelado nas contas foi de **92.613,84 euros**;

d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pelo POVT/QREN, no âmbito do Investimento na implementação de uma Unidade de Produção de Combustível Derivado do Resíduo, revelado nas contas foi de **99.417,34 euros**;

e) O enquadramento legal da empresa encontra-se descrito na Lei nº 50/2012 de 31 de Agosto (Regime Jurídico da Atividade Local e das Participações Locais), atualmente em vigor.

f) A empresa tem a sua situação regularizada perante os trabalhadores da empresa.

g) Compromissos

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possuía responsabilidades com duas garantias bancárias prestada a favor da Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento do Alentejo, no valor de 82.500,00 euros e 92.904,33 euros, no âmbito das obrigações decorrentes da licença de exploração do Sistema Intermunicipal de gestão de resíduos da AMAGRA, incluindo as relativas ao processo de encerramento e à manutenção pós-encerramento dos seus dois aterros.

24. Proposta de aplicação dos resultados

A Administração propõe que o resultado líquido apurado no final do exercício de 2022, no montante de 438.451,15 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 279.624,59
- Reservas livres	€ 158.826,56

Ermidas Sado, 24 de fevereiro de 2023.

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)



O Conselho de Administração



ambilital:zero

N&A



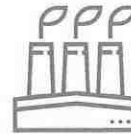
ambilital
INVESTIMENTOS AMBIENTAIS NO ALENTEJO, EIM



zero resíduos



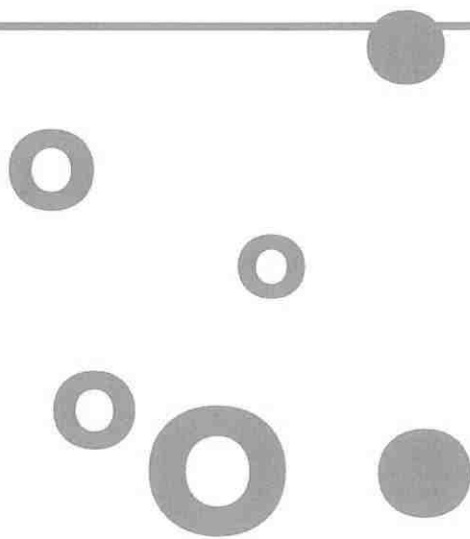
zero desperdício



zero poluição



MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS DE 2020





MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2022

Imobilizado Corpóreo	Investimento TOTAL	Investimento períodos anteriores	Previsto p/2022	Executado	Desvio	Justificação
Edifícios e Outras Construções	12.514.270,90	2.736.671,16	5.300.000,00	2.584.369,97	-2.715.630,03	---
Optimização da UCDR com sistema e secagem de CDR's	4.264.270,90	2.736.671,16	1.000.000,00	1.155.264,70	155.264,70	Investimento em curso
Optimização/ampliação da UTMB - Biorresíduos	4.500.000,00	0,00	3.500.000,00	1.330.105,27	-2.169.894,73	Investimento em curso
Construção de Armazém / Oficina	300.000,00	0,00	100.000,00	0,00	-100.000,00	Investimento não realizado
Ampliação e optimização das unidades de tratamento	3.250.000,00	0,00	500.000,00	99.000,00	-401.000,00	Investimento em curso
Remodelação das ET's	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00	Investimento não realizado
Equipamentos Exploração	18.881.856,06	3.329.053,55	8.026.000,00	453.428,18	-7.572.571,82	---
Optimização da rede de recolha selectiva	3.250.000,00	3.275.583,39	500.000,00	189.927,17	-310.072,83	Investimento em curso
Integração e optimização de redes de recolha em baixa	7.000.000,00	0,00	3.800.000,00	0,00	-3.800.000,00	Investimento não realizado
Contentores RSU	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00	Investimento não realizado
Incentivo à compostagem (triturador + compostores)	176.000,00	0,00	26.000,00	0,00	-26.000,00	Investimento não realizado
Viaturas de transferência usadas (2)	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	-50.000,00	Investimento não realizado
Viatura de Transporte Usada - Tractor + pisos móveis (3)	80.000,00	19.990,00	80.000,00	89.500,00	9.500,00	Investimento concluído.
I&D digitalização da gestão de resíduos	1.000.000,00	0,00	500.000,00	0,00	-500.000,00	Investimento não realizado
Candidatura AMBILITAL Zero	95.856,06	33.480,16	0,00	42.001,01	42.001,01	Investimento em curso
Sistemas de energias renováveis na gestão de resíduos	5.000.000,00	0,00	2.000.000,00	0,00	-2.000.000,00	Investimento não realizado
Máquinas de movimentação de cargas e terras	200.000,00	0,00	50.000,00	122.000,00	72.000,00	Investimento concluído.
Semi Reboque Usadop Samro (C-59912)	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	Investimento não previsto em orçamento - investimento concluído
Investigação & desenvolvimento	2.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00	Investimento não realizado
Equipamento Administrativo	150.000,00	0,00	102.000,00	2.318,03	-99.681,97	---
Mobiliário diverso	10.000,00	0,00	2.000,00	0,00	-2.000,00	Investimento não realizado
Material informático diverso	140.000,00	0,00	100.000,00	2.318,03	-97.681,97	Investimento em curso
Outros activos	470.000,00	0,00	202.000,00	7.457,87	-194.542,13	---
Ferramentas e utensílios diversos	20.000,00	0,00	2.000,00	7.457,87	5.457,87	Investimento concluído.
Sensibilização e comunicação	450.000,00	0,00	200.000,00	0,00	-200.000,00	Investimento não realizado
Total do investimento no Exercício	32.016.126,96	6.065.724,71	13.630.000,00	3.047.574,05	-10.582.425,95	

Ermidas Sado, 24 de Fevereiro de 2023

O Contabilista Certificado (Membro da OCC nº 44556)

Julio

O Conselho de Administração

Helena da Silva Gomes
António José Sá de Costa

